

Acção **Socialista**

Nº 1215 - 10 Março 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



MOBILIZAR O PS COMBATER A ABSTENÇÃO GANHAR AS EUROPEIAS



O PS prepara-se para a primeira batalha eleitoral depois da tomada de posse do Governo de direita. Sousa Franco, um grande candidato, foi apresentado na Convenção Nacional do passado dia 28 de Fevereiro, que também votou por unanimidade o documento-base para o manifesto eleitoral do PS ao Parlamento Europeu. A lista de candidatos foi aprovada na Comissão Política que se lhe seguiu. É uma lista de qualidade e de combate, profundamente coerente e convicta nos ideais europeus, como

faz parte da tradição histórica do PS. Do outro lado, está uma coligação de conveniência que representa a negação dos ideais políticos, uma combinação impossível entre a água e o fogo, entre um partido que se tem dito europeísta com outro que tem uma prática quotidiana que é a negação dos objectivos da União, que tanto têm contribuído para o bem-estar dos portugueses. É preciso mobilizar todo o partido e derrotar a direita, bem como esse terrível inimigo chamado abstenção.

2 a 9

ENTREVISTA

Sousa Franco:
"Pelo consenso europeísta e por Portugal" **10**

MULHERES SOCIALISTAS

Trinta ideias para a igualdade entre homens e mulheres **13**

GRUPO PARLAMENTAR

António José Seguro candidato a líder da bancada **15**

CÓDIGO DO TRABALHO

Proposta de regulamentação confirma opções erradas do Governo **15**

IVG

Ferro acusa direita de terrorismo cultural **16**

GRANDE ENCONTRO DE MILITANTES E DIRIGENTES SOCIALISTAS

LISBOA, 21 DE MARÇO, 16.00H
CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA (ANTIGA FIL)

Tempo de Antena
Merecemos um Portugal Melhor

18 de Março, RTP1 19.50h

POLÍTICAS PARA A IGUALDADE DE HOMENS E MULHERES

De novo em Março se fala de mulheres e se constata que a igualdade tarda. Em minha opinião, tardará por muitos e bons anos enquanto as políticas para a igualdade não se dirigirem claramente também aos homens.

Para lhes dizer que a sua participação faz falta na vida familiar, que os filhos têm direito à sua presença e aos seus cuidados.

Para lhes dizer que já não se espera deles que se esgotem no trabalho remunerado ou que sustentem sozinhos a casa e a família. E muito menos que se considerem "o chefe-da-família".

Para lhes dizer que as mulheres não se esgotam na maternidade, nem só através dela justificam a sua existência.

Para lhes dizer que a justiça também tem que chegar à vida privada.

Para lhes dizer da indispensabilidade da aprendizagem de novas competências de autonomia e de relacionamento, coerentes com a igual dignidade de homens e mulheres.

Para lhes dizer que não são a medida de todas as coisas nem padrão universal da humanidade.

Para lhes dizer que a democracia é incompatível com uma organização social que trata melhor os homens do que trata as mulheres.

Tais políticas viriam tornar claro que não é de guerra de sexos mas de respeito entre iguais que se faz a qualidade de vida.

Entendo que tais políticas implicam legislação nacional e comunitária. Tanto mais que há que contar com a força simbólica do direito para mudar as atitudes.

Sugiro um novo direito individual fundamental e um novo dever individual fundamental: o direito ao cuidado e o dever de cuidar. Este direito e este dever novos levariam finalmente a esfera privada, ou seja, o mundo tradicionalmente considerado das mulheres, ao mundo jurídico, cujo paradigma é decisivamente masculino.

Este direito e este dever novos dariam ao trabalho de cuidar – indispensável à vida económica e social, como não cessam de repetir quer a OCDE¹ quer o PNUD² – o valor que até aqui não lhe foi reconhecido.

Este direito e este dever novos permitiriam, enfim, repartir de modo equilibrado, entre os homens, as mulheres, o Estado e a actividade económica, os custos do trabalho de reproduzir, apoiar e cuidar seres humanos, até agora cumprido maioritariamente pelas mulheres e pago por elas em menor desenvolvimento e em secundarização enquanto indivíduos.

A futura Constituição europeia poderia reconhecer este direito e este dever, mesmo se persiste o argumento formal de não alargar a lista de direitos previstos na Carta dos Direitos Fundamentais. Os Estados reconhecem-se sempre o poder de negociar o que entendem importante. Cabe-nos fazer compreender ao nosso Estado – ao qual incumbe como tarefa fundamental a promoção da igualdade entre homens e mulheres – que se trata de um assunto importante. Como importante, ou mesmo

essencial, seria o reconhecimento explícito de um direito fundamental individual à igualdade de homens e mulheres, a exigir acções positivas e objectivos quantificados em todos os domínios em que se verifique desequilíbrio estrutural em função do sexo.

Não será fácil porque o projecto de Constituição europeia, apesar de muitas insistências, ainda não melhora o adquirido nesta área.

Como se tudo já estivesse feito pelas normas em vigor ou como se fosse absolutamente indiferente – ou mesmo "natural" – o desequilíbrio de resultados no desenvolvimento humano dos homens e das mulheres em todos os Estados-membros da União Europeia.

Como se as mulheres não fossem mais de metade da população.

Como se já fartasse.

Como se já sobrasse.

Como se qualquer aparência fosse já um excesso.

E as pessoas em Portugal reagem ao não progresso da igualdade de género no projecto de Constituição? A quem afinal é que isso interessa?

Considero que um mercado exigente é necessário.

Uma opinião pública informada sobre as vantagens da igualdade de género na vida quotidiana.

Um eleitorado lúcido que não se deixe convencer com presentes envenenados. Como são todos os que se traduzam em aumentar os períodos de ausência das mulheres do local de trabalho em razão da maternidade, criando-lhes dificuldades suplementares no mercado, quando se sabe muito bem que é do exercício remunerado da sua profissão que lhes vem a independência e o poder de não se deixarem sujeitar.

Fazem falta homens/cidadãos que recusem um modelo de masculinidade competitiva pela dominação e que adiram a uma cultura de paz.

Fazem falta mulheres/cidadãs que recusem um modelo de feminilidade competitiva pela sedução e que adiram a uma cultura de liberdade.

Para atingir estes objectivos, é necessário incluir nos sistemas de educação e de formação inicial e ao longo da vida a aprendizagem dos direitos humanos e de competências para questionamento dos estereótipos de género, bem como de competências relacionais e de autonomia indispensáveis para viver a igualdade sem culpas nem rancores.

Que os 30 anos do 25 de Abril nos dêem coragem e persistência. Porque a razão que nos move só não a vê quem não quer.

¹ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



**MARIA DO CÉU
DA CUNHA RÊGO**

Sugiro um novo direito individual fundamental e um novo dever individual fundamental: o direito ao cuidado e o dever de cuidar. Este direito e este dever novos levariam finalmente a esfera privada, ou seja, o mundo tradicionalmente considerado das mulheres, ao mundo jurídico, cujo paradigma é decisivamente masculino.

O VENDEDOR DOS ANÉIS

ANTOONIO COLAÇO

AND THE WINNER IS:

E O VENCEDOR É:

O VENDEDOR DOS ANÉIS!



UMA LISTA PARA O COMBATE POLÍTICO EM BRUXELAS E EM PORTUGAL



A Comissão Política Nacional do PS aprovou, na reunião da passada sexta-feira, a lista com os 24 candidatos ao Parlamento Europeu. Uma lista, conforme disse Ferro Rodrigues, de grande qualidade, com candidatos de enorme prestígio e que vão preencher necessidades fundamentais em áreas em que o PS precisa de ter uma acção atenta e constante.

A lista pretende dar resposta à necessidade do PS ter uma acção política em áreas tão fundamentais como a economia, assuntos jurídicos, política externa, política regional, agricultura, regiões insulares, cultura, emprego e assuntos sociais, ambiente, juventude, entre outras.

Responde também à necessidade do partido se mobilizar nestas eleições, já que é necessário, por um lado, penalizar seriamente o Governo pelas suas políticas erradas e, por outro, combater a abstenção, que nas eleições europeias é tradicionalmente elevada.

"São candidatos de grande qualidade, para que o PS possa travar e ganhar a batalha eleitoral ao centro e à esquerda", disse Ferro Rodrigues.

Segundo o secretário-geral do PS, é também uma lista "virada para o combate político tanto em Bruxelas, como em Portugal" e acrescentou que haverá um reforço da ligação entre a delegação socialista no Parlamento Europeu, a bancada socialista na Assembleia da

República e o partido.

A lista cumpre também e até ultrapassa, o objectivo estatutário de representação do género feminino, já que estão quatro mulheres nos primeiros doze lugares.

A campanha eleitoral contará com o apoio de grandes personalidades, como é o caso da ex-ministra Maria João Rodrigues, uma das grandes responsáveis pela Estratégia de Lisboa.

No encerramento da reunião, Ferro Rodrigues aproveitou para agradecer aos actuais deputados no Parlamento Europeu pelo seu contributo e dedicação.

No final da reunião, o porta-voz do PS, sublinhou o clima de unidade em torno da lista, que foi aprovada com apenas um voto contra.

GRANDE ENCONTRO DE MILITANTES E DIRIGENTES DO PS

Em Março de 2002 os portugueses foram chamados a escolher o seu governo. O Partido Socialista, pela voz do seu secretário-geral, escolheu falar verdade aos portugueses – prometendo apenas aquilo que sabia poder cumprir. O dr. Durão Barroso baseou a sua campanha eleitoral num conjunto de promessas demagógicas e que tinham como único objectivo alcançar o poder. Dois anos depois, as famílias portuguesas sabem que as promessas não foram cumpridas.

Contudo, o dr. Durão Barroso não só faltou aos compromissos que assumiu com os portugueses, como, em dois anos, colocou Portugal a andar para trás, afastando-nos da Europa. As listas de espera na saúde que aumentam, os salários congelados, o desemprego que cresce a um ritmo galopante e a economia em recessão profunda são o exemplo acabado do falhanço da coligação PSD/CDS.

É preciso, dois anos depois, dar voz aos portugueses que se sentem sem esperança no futuro e atirados para as ruas da amargura. É preciso assinalar os dois anos de governação mostrando, em nome de Portugal, um enorme cartão amarelo ao dr. Durão e ao caminho errado para o qual tem levado o país.

Merecemos todos um Portugal melhor e merecemos voltar a acreditar no futuro de Portugal.

No próximo dia 21 de Março, pelas 16 horas, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL), o Partido Socialista promove, organizado por Jorge Coelho por mandato do secretário-geral, um grande encontro de dirigentes e militantes para mostrar um grande cartão amarelo ao dr. Durão Barroso e ao mau caminho para o qual tem empurrado Portugal.

O PS conta com a sua presença.

LISTA DE CANDIDATOS AO PARLAMENTO EUROPEU

António Sousa Franco



Professor Universitário; Pres. dos Cons. Científico e Directivo da FDL; Independente

António Costa



Advogado Líder parlamentar; Deputado por Leiria

Ana Gomes



Embaixadora Secretária Nacional para as Relações Internacionais

Francisco Assis



Professor universitário Presidente da Federação do Porto; Deputado pelo Porto

Elisa Ferreira



Economista Deputada por Braga; Independente

Paulo Casaca



Economista Eurodeputado

Sérgio Sousa Pinto



Jurista Eurodeputado

Fausto Correia



Jurista Deputado por Coimbra

Edite Estrela



Linguísta Deputada por Lisboa

Capoulas Santos



Sociólogo Deputado por Évora

Jamila Madeira



Economista Secretária-geral da JS; Deputada por Faro

Emanuel Jardim Fernandes



Advogado Dirigente do PS/ Madeira

Manuel dos Santos



Economista Eurodeputado

Joel Hasse Ferreira



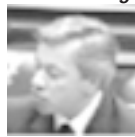
Engenheiro Civil Deputado por Setúbal

Armando França



Advogado Presidente da Câmara de Ovar

António Braga



Licenciado em Filosofia Deputado por Braga

Idália Moniz



Empresária Vereadora da CM Santarém

Maria do Carmo Sequeira



Licenciada em Administração Escolar Presidente da Câmara de Vila Velha de Rodão

António Martinho



Professor de História Ex-deputado por Vila Real

Marcos Perestrello



Gestor Dirigente da FAUL

Bruno Viriato Veloso



Estudante de Electrónica e Telecomunicações Dirigente da JS de Bragança

Célia Pessegueiro



Estudante de Línguas, Literatura Clássica e Português Dirigente da JS da Madeira

Maria do Carmo Borges



Professora de Educação Física Presidente da Câmara da Guarda

Adriano Pimpão



Professor universitário; Presidente do Conselho de Reitores; Independente

SOUSA FRANCO

SOCIALISTAS GARANTEM EMPENHO EUROPEU

Vivamente ovacionado de pé pelos delegados socialistas presentes na Convenção Nacional do PS sobre Europa, Sousa Franco justificou a sua candidatura a Estrasburgo, dizendo que foi interpelado para este novo combate político pelo "actual estado do país e da Europa" e "pelo empenho que o PS tem demonstrado na missão de se constituir como alternativa".

"A tradição europeísta dos socialistas é a garantia de que as expectativas dos portugueses relativamente à Europa não serão traídas", afirmou, declarando de seguida que aqueles que "não querem a Europa" poderão optar por uma "coligação de euroentusiastas e eurocépticos" mas com a consciência do risco de que farão perigar o consenso nacional sobre a União Europeia.

O ex-ministro das Finanças criticou ainda e muito duramente "os cortes cegos" feitos pelo actual Governo no

investimento público, tendo em vista o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento e invocando supostas obrigações na frente europeia.

"É preciso rigor e disciplina financeira, mas só se tal for feito ao serviço do emprego e do crescimento económico", sustentou, apontando de seguida para uma "contradição de fundo" na política económica do actual Executivo.

"Quando o Estado se contrai e não investe, como é possível depois andarse a pregar a confiança e a retoma económica", observou, para depois rematar com a ideia do "ajuste de contas" e equiparar a coligação PSD/CDS-PP a um casamento "entre a água e o fogo".

Defendendo que "quando Portugal souber qual é a sua verdadeira dimensão na Europa saberá também reivindicar adequadamente os seus interesses", Sousa Franco afirmou que "o que está errado nas políticas nacionais passa por



O rigor e a disciplina financeira têm de ser colocados ao serviço do emprego e do crescimento económico

Lisboa e desagua em Bruxelas".

"É urgente que na Assembleia da República se deixe de cometer erros sucessivos, invocando para tal obrigações perante a Europa", advertiu, criticando que no nosso país se inutilizem instrumentos para a promoção do emprego, do crescimento e da competitividade. Convicto de que a União "pode ajudar a criar uma nova via de organização social global", o ex-ministro das Finanças pediu aos delegados do PS que se juntem na mobilização da população não só pela vitória do Partido nas europeias, mas contra a abstenção.

Na sua mensagem, Sousa Franco procurou frisar igualmente que, com a sua candidatura ao Parlamento Europeu, não é sua intenção "substituir" o ex-Presidente da República e fundador do PS, Mário Soares, que foi o cabeça de lista socialista nas eleições europeias de 1999, mas "dar continuidade a um trabalho empolgante".

ANTÓNIO COSTA

POR UMA EUROPA DE PROGRESSO E COESÃO SOCIAL

O líder do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, defendeu que os socialistas têm que "partir para as eleições europeias com a ambição que têm de ter em todos os desafios eleitorais".

"Temos de vencer já as eleições europeias e reforçar essa vitória nas regionais e nas autárquicas para que o PS e Ferro Rodrigues vençam as eleições legislativas e iniciem um novo ciclo de esperança para Portugal", disse, acrescentando que "o PS deve estar forte, unido, coeso e mobilizado como alternativa de progresso para Portugal".

No seu discurso de improviso na Convenção Nacional do PS, o camarada António Costa descreveu a Europa como uma "sociedade de sucesso" construída desde o pós-guerra graças a um "consenso entre a social-democracia e a democracia-cristã".



A alternativa de progresso para Portugal é o PS à frente, unido e coeso

No entanto, esta Europa que "é a região mais qualificada do mundo, com o mercado mais rico e exigente do mundo, e elevados níveis de coesão social e protecção", tem vindo a ser posta em causa desde os anos 80 por uma "nova direita neoliberal e populista" que não gosta deste modelo de Europa e quer apostar na competição "com base nos baixos salários".

O líder da bancada socialista aproveitou para fazer uma distinção entre "os velhos PSD (social-democrata) e CDS (democrata-cristão) e os novos partidos liderados por Durão e Portas, que "não gostam desta Europa". Por isso, sublinhou, "a defesa desta Europa de progresso e coesão social só tem expressão na família socialista".

Referindo que "a aposta em competir na base de baixos salários está condenada ao fracasso", António Costa defendeu que "a nossa ambição é competir com base na qualidade, na

inovação e no conhecimento".

"A ambição dos portugueses é alcançarem-se aos melhores níveis de vida da União Europeia", disse, elogiando mais uma vez a Estratégia de Lisboa que traçou como objectivos centrais fazer da Europa a região mais dinâmica e competitiva do mundo, mas com uma elevada protecção social.

Defendendo que a política económica deve ter como "grandes prioridades" o crescimento económico e o pleno emprego, o líder da bancada socialista, criticou a maioria de direita por não querer discutir a revisão do PEC, "que está a dar cabo da economia europeia e portuguesa".

A terminar a sua intervenção, António Costa defendeu que os socialistas têm de estar "unidos, coesos e determinados" para ganhar as próximas eleições e "mostrar um grande cartão amarelo a Durão e Paulo Portas".

MENSAGEM DE MÁRIO SOARES

MOBILIZAR O PS PARA VENCER EUROPEIAS

Impossibilitado de estar presente na Convenção por motivos de saúde, Mário Soares gravou uma mensagem que foi passada vídeo-wall na qual defendeu que o PS "tem de ganhar" as próximas eleições europeias, que classificou de "essenciais", já que "abrem um novo ciclo eleitoral muito importante".

Por isso, disse, "é preciso combater a demagogia e a abstenção, mobilizando o PS de norte a sul do País", sendo também

fundamental que "os candidatos socialistas estejam concertados e capazes de falar às pessoas que vivem mal e com pessimismo, nos problemas do emprego, da Segurança Social, da exclusão, abrindo também novos horizontes à juventude".

O ex-Presidente da República sustentou que "o PS deve também falar claro às pessoas e mostrar o seu empenhamento em mudar a realidade presente que é depressiva, nomeadamente através do

aprofundamento das políticas sociais". Soares destacou ainda o carácter "profundamente europeísta" do PS, lembrando momentos como a Europa Connosco, o euro e a Cimeira de Lisboa, "que fez doutrina", reiterando que "não há alternativa para a política europeia". Só no espaço europeu, adiantou, "Portugal pode ter mais influência no mundo, ajudar a diáspora e potenciar a lusofonia".



EUROPEIAS ABREM UM NOVO CICLO DE VITÓRIAS SOCIALISTAS

Ferro Rodrigues encara as próximas eleições europeias como o início de um ciclo de vitórias e uma oportunidade para os portugueses ajustarem contas com o Governo que faltou com as suas próprias promessas e fez o País andar para trás.

Na sua curta intervenção de encerramento da Convenção Nacional, antes de apresentar Sousa Franco como cabeça-de-lista do PS às eleições ao Parlamento Europeu, Ferro Rodrigues assegurou que os socialistas vão sair vitoriosos da contenda eleitoral pela Europa porque vão falar "verdade aos portugueses" que mostrarão "um enorme cartão amarelo ao Governo". O líder socialista garantiu ainda que a lista do PS concorrente ao Parlamento Europeu será "vencedora e renovada" e escolhida com base "em critérios claros, aliando factores como a experiência e a capacidade técnica e política dos candidatos, assim como a representação do todo nacional". "Contem sempre com o PS para estar na política com honestidade e rigor", disse, retomando a ideia segundo a qual "a luta política que decorre em Lisboa é tão importante como a de Bruxelas".

Por outro lado, criticou o facto de a coligação PSD/CDS-PP ter escolhido como lema para o sufrágio de 13 de Junho o slogan "Força Portugal". "O primeiro-ministro de Itália, Silvio Berlusconi, lidera um partido populista que se chama Força Itália, ou seja, estamos perante uma cópia. "Ao que isto já chegou", desabafou o secretário-geral do PS.

Mas, logo no discurso de abertura da Convenção, Ferro Rodrigues traçou as diferenças que separam os socialistas da direita em matéria europeia.

O líder do PS começou por sublinhar que a realização da Convenção era um "sinal claro da importância que damos a estas eleições, mas, acima de tudo, um sinal de que para nós, socialistas, a Europa é uma questão para levar a sério, para

discutir e envolver todo o partido nesse processo — os militantes de base, os autarcas, os dirigentes, os deputados", acrescentando que "daqui até Junho só com o trabalho de todos e com a acção de todos podemos vencer as eleições". Depois de lembrar que o PS esteve, "sem hesitações, com a Europa em todos os grandes momentos" e "sempre na primeira linha do combate pelo aprofundamento da integração europeia", Ferro Rodrigues salientou que os socialistas têm "uma ambição para a nossa Europa que é uma ambição para Portugal. Fazer das nossas sociedades, sociedades onde a competitividade e a inovação caminhem lado a lado com o emprego e a solidariedade".

Coligação da direita é uma barafunda

Do mesmo modo "que agora, como no passado, o nosso posicionamento é claro, do outro lado da batalha eleitoral temos uma coligação que é uma barafunda, formada por dois partidos que se unem exactamente na matéria em que tradicionalmente estão mais afastados", acusou, mostrando-se convicto de que "os portugueses saberão mostrar, nas eleições europeias, que não gostam de coligações feitas ao sabor das conveniências, coligações que trocam os princípios pelas oportunidades".

Na sua intervenção, o secretário-geral também separou águas nos que respeita às orientações económicas, salientando que "os socialistas são pela consolidação das contas públicas em toda a Europa, mas ao contrário da direita, somos por um Pacto que seja efectivamente de estabilidade e não de falsidade, um Pacto que seja de crescimento e não de estagnação". Por outro lado, adiantou, "nós somos por uma Europa unida mas por uma Europa unida ao serviço da paz e não neutralizada por fracturas que a impedem de ser o principal motor da paz, da justiça, da legalidade e da defesa dos direitos humanos no mundo". E apontou ainda outra diferença estraté-



Nas eleições para o Parlamento Europeu os portugueses vão mostrar um enorme cartão amarelo ao Governo

gica entre o PS e a direita, frisando que os socialistas querem "a competitividade da Europa, mas não a competitividade socialmente cega dos neoconservadores, a competitividade com pleno emprego, com coesão social, e concretizar a verdadeira agenda de futuro, a agenda que ficou definida na Cimeira de Lisboa, e que a direita tenta subverter em toda a Europa, a começar por Portugal".

Na sua intervenção, frequentemente interrompida pelos fortes aplausos das largas centenas de delegados presentes

na antiga FIL, Ferro Rodrigues afirmou que as eleições de Junho "serão uma disputa sobre as opções para a Europa, mas, também, uma disputa entre a memória e o esquecimento, entre a responsabilidade e a demagogia, entre a democracia e o populismo".

Por tudo isto, considerou que "o que está em causa é fazer do dia 13 de Junho um momento de ajuste de contas com o embuste eleitoral de Março de 2002 e um momento de escolha entre dois caminhos diferentes, para Portugal e para a Europa".

O secretário-geral do PS fez depois uma série de acusações directas a Durão Barroso, classificando como "vergonhoso para Portugal" as contradições do Governo em relação ao Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Governo hipoteca futuro dos portugueses

Segundo explicou Ferro Rodrigues, no Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia (Ecofin), onde estavam em cima da mesa as eventuais sanções a aplicar à Alemanha e à França, por violação do PEC, o primeiro-ministro português "tomou uma posição, para depois, a reboque do sr. Aznar e devidamente acompanhado pelo sr. Berlusconi, assinar uma carta a defender exactamente o oposto".

O líder do PS criticou ainda Durão Barroso por, "em nome de Portugal", ter recentemente manifestado em Madrid o seu apoio ao triunfo do Partido Popular espanhol nas próximas eleições gerais. "Ele não pode falar em nome de nós", declarou, por entre mais uma estrondosa salva de palmas. Por outro lado, Ferro Rodrigues disse que "os portugueses olham para o Governo e vêem uma coligação de ministérios onde parece não haver ministros. E vêem uma coligação de dois partidos dominada pela ideologia passadista do dr. Portas e do seu CDS/PP", acrescentando que "este é um Governo obcecado com um ajuste de contas com o passado e que está a hipotecar o presente e o futuro dos portugueses, das famílias que vivem em Portugal".

Neste contexto, afirmou que "merecemos e temos de regressar ao futuro, construindo juntos um país mais próximo dos nossos sonhos", através de "uma nova forma de fazer política, leal com os compromissos, preocupada com os que vivem do seu trabalho, com os que mais sofrem, os pensionistas, os mais desfavorecidos, e de olhar determinado no futuro, criando oportunidades para os jovens". E acrescentou: "Também no Parlamento Europeu renovaremos essa ambição".



MUDAR DE RUMO NAS ELEIÇÕES DE JUNHO

A opção europeia não pode fazer-se na ignorância das dimensões e necessidades regionais, sublinharam os socialistas dos Açores e da Madeira que estiveram representados na Convenção pelos respectivos líderes.

O líder do PS-Açores e presidente do Governo Regional, Carlos César, evidenciou que o crescimento económico daquela região autónoma é "superior à média nacional e à média da

União Europeia" e, referindo-se ao PS como "a força do ideal europeu em Portugal", apelou para uma "mudança de rumo no país" através da vitória dos socialistas nas próximas eleições.

Já o líder do PS-Madeira, Jacinto Serrão, salientou, por sua vez, a relação entre as eleições de 13 de Junho para o Parlamento Europeu e as eleições regionais de Outubro deste ano, e pediu a vitória dos socialistas nos dois actos eleitorais.

"O que acontecer nas eleições europeias irá ter reflexos nas eleições regionais", sustentou, traçando depois um cenário negativo da situação económica e social da Região Autónoma da Madeira e da actuação do governo laranja no arquipélago, referindo que este tem "graves fenómenos de pobreza e exclusão" e "das mais altas taxas de analfabetismo".

A FORÇA DAS CONVICÇÕES CONTRA O BLOCO DA CONVENIÊNCIA

Jorge Coelho arrancou uma forte ovação dos delegados à Convenção quando proclamou que o Governo de coligação "tem os dias contados" e que os socialistas vão ganhar as eleições de Junho "numa espiral de vitórias que terminará com Eduardo Ferro Rodrigues como primeiro-ministro de Portugal".

"A 13 de Junho vai-se abrir um novo ciclo político. Um ciclo com uma derrota à direita e com uma vitória à esquerda", afirmou convicto, sublinhando que o PS é um partido "firme e determinado em volta do seu líder".

Focalizando a sua intervenção na política nacional, o deputado criticou ainda o Executivo por considerar que este "tem feito tudo ao contrário", manifestando-se "indignado com a forma como Durão Barroso foi ao Parlamento falar de um país que não é Portugal, de um progresso e de um desenvolvimento que não é o nosso". Coelho qualificou o PS como "o único partido verdadeiramente europeísta em Portugal" e acusou o PSD e o CDS-PP de se coligarem "apenas para ganhar votos". "Já alguém imaginou o que seria Portugal se não tivesse aderido ao mercado comum", questionou, recordando que "o PCP e o CDS-PP estiveram contra" essa adesão e que "Cavaco Silva não queria deixar assinar a entrada de Portugal" no mercado comum.

Num discurso emotivo e muito aplaudido, António José Seguro, que sucederá a António Costa na liderança da bancada socialista, fez rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pelo ex-ministro da Justiça na presidência do Grupo Parlamentar do PS, assim como à acção política de Mário Soares e do secretário-geral do partido, Ferro Rodrigues.

Em relação às eleições para o Parlamento Europeu, Seguro disse que o combate se travará entre uma lista socialista "de convicção contra o bloco de direita (PSD/CDS) da conveniência".

"Em Junho próximo, a vitória do PS será o fermento da mudança política no país que terá o seu epílogo no Outono de 2006", numa referência às próximas eleições legislativas.

Depois de sublinhar que para os socialistas "a Europa deve servir os interesses dos cidadãos que nela acreditaram", António José Seguro sublinhou, no plano nacional, o "rotundo falhanço político do Governo nas áreas sociais e económicas".

Por sua vez Jaime Gama acusou o Governo de apresentar "um défice de participação de Portugal junto dos núcleos mais dinâmicos" da UE, alegando que os governos de Guterres estiveram no primeiro pelotão dos avanços ao nível das políticas de fronteiras e livre circulação de pessoas (Schengen), da criação do euro e na aplicação de uma reforma económica (Estratégia de Lisboa).

"Portugal não pode deixar autoexcluir-se e marginalizar-se, porque, na Europa, ninguém faria por nós o trabalho que nos cabe", advertiu o ex-titular da pasta dos Negócios Estrangeiros.

Ainda de acordo com Jaime Gama, o eventual "apagamento de Portugal" no contexto europeu poderá colocar em



Almeida Santos recordou que o PS foi a locomotiva da adesão de Portugal à CEE, bem como do alargamento e do aprofundamento da UE, nomeadamente através da Estratégia de Lisboa

causa o desafio em torno das perspectivas financeiras da União para o período entre 2007 e 2013.

"Temos pela frente a ameaça de uma redução do actual nível das ajudas comunitárias, tendo para partilhar mais Estados-membros como clientes", apontou Gama, referindo-se a uma das consequências do alargamento da UE a 25 países após 1 de Maio próximo.

PS não quer uma Europa qualquer mas financeiras da União para o período entre 2007 e 2013.

Na sua intervenção, Sócrates defendeu que o Governo deverá ser objecto de julgamento a 13 de Junho, quer pelo "falhanço" da sua política económica, quer por ter alinhado na "mentira" sobre os motivos da guerra no Iraque.

"É espantoso que o primeiro-ministro, Durão Barroso, ainda não tenha tido tempo

matemática zero para os orçamentos dos Estados-membros (da zona euro)", referiu o deputado, para quem é evidente a necessidade de o Partido Socialista Europeu (PSE) se tornar "um verdadeiro partido europeu, com políticas próprias e sem receio de criar clivagens com a direita" no processo de aprofundamento da comunidade.

"As direitas favorecem os nacionalismos



A vitória de Junho do PS será o fermento de mudança política que terá o seu epílogo nas legislativas de 2006

Defendendo uma Europa mais multilateralista, Gama apontou para as eleições de Junho como "uma grande oportunidade de viragem" e manifestou total apoio ao "regresso ao futuro" proposto por Ferro.

A direita não tem projecto europeu

Na mesma lógica, José Sócrates disse não existirem dúvidas daquilo que poderá constituir um bom resultado para os socialistas portugueses nas próximas eleições europeias.

"Para nós não há dúvidas, nem hesitações: um bom resultado é a vitória eleitoral, porque só uma vitória eleitoral do PS poderá permitir expressar o descontentamento face à política do Governo e afirmar uma alternativa em Portugal", especificou, adiantando que "o

para pedir desculpa aos portugueses por esse erro", reclamou.

Também o responsável pela elaboração do documento estratégico do PS para as eleições europeias, Alberto Costa, centrou o seu discurso em críticas ao Executivo de direita, acusando-o de tornar Portugal "menos europeu" e de ser "seguidista", na União Europeia, em relação aos chefes de Governo de Espanha e Itália.

"Se os portugueses votarem na coligação PSD/CDS-PP, não saberão que Europa vão ter", considerou, denunciando ainda que os dois partidos "não têm um projecto europeu".

Por sua vez, Medeiros Ferreira criticou os "maus negócios" feitos pela esquerda europeia nos últimos anos sobretudo desde a adopção do Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE.

"O PEC foi mal negociado pela esquerda, que se deveria ter oposto à obsessão da



O apagamento de Portugal no contexto europeu poderá pôr em causa o desafio das perspectivas financeiras da UE de 2007 a 2013

e o papel do PSE deverá ser o de combater estes fenómenos retrógrados e, principalmente, os nacionalismos dos maiores países da União, apontou.

Medeiros Ferreira insurgiu-se ainda contra "a submissão de Portugal aos projectos de integração económica e financeira preconizados pela direita no poder em Espanha".

Pela igualdade de género

Sónia Furtuzinhos, presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, sublinhou que "o grande desafio desta Convenção é marcar o início da mobilização dos portugueses e as portuguesas para a construção de uma alternativa de governo para Portugal". Referindo-se às marcas de qualidade da Estratégia de Lisboa e da nossa

presidência da UE, adiantou: "foi a defesa da igualdade entre mulheres e homens como uma das chaves para o sucesso de Lisboa e do futuro nela preconizado para o projecto europeu".

Lembrando que "as mulheres fazem parte de mais de 50 por cento da população europeia e do eleitorado europeu", Sónia Furtuzinhos concluiu que "o PS só contará com o seu apoio se evidenciar que conta com os seus 50 por cento de responsabilidade na construção do futuro da Europa que caminha lado a lado com a construção do futuro de Portugal".

Já a secretária-geral da Juventude Socialista, Jamila Madeira, afirmou que "a União Europeia está a mudar rapidamente", salientando que "a participação de todos e a pressão social podem abrir as portas a um livre exercício da cidadania europeia".

A JS, frisou, "sempre procurou envolver os jovens cidadãos a falar da Europa", uma vez que "só os jovens podem garantir a Europa como nós jovens socialistas a sonhamos, em que a política económica não esteja separada da política social".

Por outro lado, a camarada Jamila Madeira defendeu que "o emprego deve entrar na esfera das competências europeias. A União tem assumir o pleno emprego como uma sua componente fundamental".

E considerou que "é preciso dar voz aos jovens, enquanto agentes de mudança",

sustentando ser necessária também "uma mudança radical na forma como os Estados e os partidos vêem as políticas de juventude".

Durão põe Portugal em leilão

O deputado socialista Manuel Alegre acusou o primeiro-ministro de estar "a reactivar a luta de classes mas em sentido contrário ao que defendia enquanto estudante", ao levar a cabo "uma contra-reforma no plano político, económico e social", responsável pela "crise de auto-estima e esperança em que vivem os portugueses".

Na sua intervenção, Alegre acusou também Durão Barroso de estar a pôr "Portugal em leilão", numa alusão ao recente anúncio de mais uma avalanche de privatizações. "Privatiza-se a electricidade, privatiza-se a

água, só falta privatizar o ar e a vida”, disse, acrescentando que “o Governo parece o conselho de administração das grandes empresas”.

Salientando que 30 anos após o 25 de Abril “é pela questão social que passa a fronteira entre o PS e a direita”, manifestou a propósito a sua solidariedade com Ferro Rodrigues, que por causa da defesa do Estado Social “foi alvo da campanha mais infame contra um homem político”, bem como a sua admiração por duas qualidades do secretário-geral que considerou raras em política, “coragem e inteireza de carácter”.

Por outro lado, Alegre disse que “o PS deve defender uma Europa autónoma e não dependente dos Estados Unidos da América”, criticando o primeiro-ministro por ter “rompido o consenso nacional” sobre política externa, devido ao seu “seguidismo incondicional para com a Administração Bush”, traduzido no apoio à guerra do Iraque, “decidida à margem das Nações Unidas”.

Alegre acusou também Durão Barroso de “seguidismo” perante o chefe do Governo de Espanha, José Maria Aznar, e criticou o seu apoio ao Partido Popular espanhol “em nome de Portugal”.

“Não pode voltar a dizer que Portugal apoia a vitória do PP. Portugal não é o PSD, Portugal não é uma província de Espanha e o primeiro-ministro não pode colocar as suas funções partidárias acima das suas responsabilidades governativas”, disse. A Convenção “é um momento importante para tirar o país das trevas em que a direita o pôs”, disse, por sua vez, o deputado Capoulas Santos, numa intervenção em que defendeu um novo modelo agrícola europeu que “privilegie mais a qualidade

Classificando de “extraordinários” os dez anos que passou em Estrasburgo, devido às profundas mudanças entretanto ocorridas na União Europeia, Helena Torres Marques disse ser necessário “ter mais socialistas no PE, de forma a concretizar a Estratégia de Lisboa”, que considerou “o futuro da Europa”, pela aposta no pleno emprego, na sociedade do conhecimento e no desenvolvimento sustentado. Já o líder da Federação do Porto, Francisco

para vencer as próximas batalhas eleitorais”.

Desenvolver as regiões mais desfavorecidas

Por sua vez, o presidente da Federação de Bragança, Mota Andrade, sublinhou que “esta Convenção é uma inequívoca demonstração de força do PS para enfrentar as próximas eleições europeias”.



Os delegados à Convenção aprovaram por unanimidade o documento-base do manifesto eleitoral do PS às eleições ao PE

Assis, lembrou que “Portugal está na Europa por uma profunda opção do nosso povo, a que o PS esteve ligado desde a primeira hora”.

E salientou que “o PS orgulha-se da obra realizada nos seis anos dos governos de Guterres, em que Portugal se aproximou da Europa, ao contrário do que acontece com o actual Governo, em que o nosso país está a dar passos atrás na aproximação à

Salientando que “a Europa tem de representar o esforço de coesão, de forma a tornar mais homogéneo o tecido económico e social”, o camarada Mota Andrade advertiu que “o IV QCA é a última oportunidade para proceder a alterações que desenvolvam as regiões mais desfavorecidas”.

E teceu duras críticas ao Governo por ter abandonado as políticas de discriminação

da família socialista e social-democrata na Europa é a caução de que a Estratégia de Lisboa não será letra morta”.

Na sua intervenção, o camarada Ascenso Simões disse ainda que “o actual Governo é miserável, porque mais não cumpre que os objectivos de grupos invisíveis de interesses”, acrescentando que “Portugal não pode aguentar mais tempo esta desgraça”.

Por sua vez, o presidente da Federação de

nomeadamente no distrito de Setúbal, onde “o desemprego regista desde há dois anos uma evolução preocupante”.

Retomar a regionalização

Um apelo à reinserção da reorganização administrativa do território nacional na agenda política foi deixado por José Junqueiro, para quem “ganhar na Europa é



Durante os governos socialistas Portugal aproximou-se sempre da média europeia, ao contrário do que acontece hoje em dia

Coimbra, Vítor Baptista, incitou os militantes e as estruturas do partido “a mobilizar de norte a sul do país todos os portugueses para mostrarem ao Governo um cartão amarelo ou vermelho que expresse o seu inconformismo e a sua desilusão com esta política que nos afasta da média europeia, aumenta o desemprego e agrava as condições de vida em geral”. Vítor Baptista referiu ainda que “temos

ganhar em Portugal e essa vitória passa também por retomar a problemática da regionalização”.

O líder da distrital do PS/Viseu desafiou o primeiro-ministro a “acabar com as hipocrisias” nesta matéria e exigiu que o Governo assumira por fim as suas responsabilidades.

Por sua vez, o director do Departamento Nacional de Emigração do PS, Carlos Luís, advogou a urgência de se encontrar uma política para os europeus espalhados pelo mundo.

O presidente da Federação da Guarda, Fernando Cabral, considerou as próximas eleições europeias “importantes”, porque permitem aos portugueses “dar um sinal claro do seu descontentamento ao Governo”, que acusou de “votar ao ostracismo o distrito da Guarda, onde não há qualquer obra pública lançada por este Executivo, nem apoio ao investimento privado”.

O camarada Fernando Cabral sustentou que “esta política cega de controlo das finanças públicas não pode continuar porque faz sofrer as pessoas”, denunciando ainda que numerosos serviços do Estado estão a sair do distrito, o que disse ser “uma estranha forma de actuar para quem tanto fala em descentralização e desconcentração”.

Fernando Cabral defendeu ainda que “o PS deve bater-se por uma reforma da PAC”, que disse ser contrária aos interesses de Portugal e dos nossos pequenos e médios agricultores.

Por sua vez, o deputado do PS João Soares considerou que as próximas eleições europeias são “uma batalha política de grande importância, onde se poderá inverter o domínio da direita na Europa”.

Na sua intervenção, João Soares teceu fortes críticas ao actual Executivo, “o pior e o mais retrógrado dos governos de direita”, que responsabilizou por ter “levado o país a fazer marcha-atrás no desenvolvimento económico”.

Por isso, disse, “votar no PS nas europeias é também uma oportunidade de dar um sinal claro de descontentamento para com uma política que leva ao desemprego, atraso social, falta de política ambiental e falta de política de apoio à juventude”.



É preciso um novo modelo agrícola que introduza mais justiça entre os agricultores e os Estados-membros

do que a quantidade”.

A actual PAC, adiantou, “é penalizadora para Portugal, dado que, por exemplo, um agricultor nacional recebe dez vezes menos que um finlandês, sendo necessário alterar as regras da atribuição dos apoios”.

Por isso, o antigo ministro da Agricultura socialista afirmou que é preciso lutar por “um novo modelo agrícola que introduza mais justiça, entre agricultores, regiões e Estados-membros”.

Mais socialistas no Parlamento Europeu

Na intervenção que efectuou na Convenção do PS, a eurodeputada Helena Torres Marques anunciou que vai deixar o Parlamento Europeu, um órgão que considerou “muito importante, para travar batalhas e ganhá-las”, porque “é chegada a altura de dar lugar aos novos e novas”.

Europa desenvolvida, devido ao desinvestimento na educação, na cultura, na ciência, na qualificação das pessoas”. Quanto ao actual Governo, que classificou de “absolutamente retrógrado”, disse que “está dominado por uma corrente radical de direita, que não tem nenhuma visão séria para Portugal”.

Por sua vez, o presidente da FAUL, Joaquim Raposo, sublinhou que “o PS foi e é o mais europeísta de todos os partidos portugueses”, referindo que “nos governos de António Guterres foi consolidado o trabalho iniciado por Mário Soares”. Portugal vive “um dos momentos mais difíceis da nossa história democrática”, frisou, acusando o Governo de direita de pôr o país “a divergir da União Europeia” e de estar a “tentar destruir os direitos mais progressistas do 25 de Abril”.

Neste quadro, considerou fundamental “que o partido esteja unido e mobilizado

positiva para as regiões do interior, concluindo que “só com o PS é possível devolver a esperança e confiança aos portugueses”.

Para o camarada Ascenso Simões, presidente da Federação de Vila Real, as eleições de Junho “marcam um dos momentos mais importantes da história da União”, já que “coincidem com o maior alargamento de todos os verificados até hoje”, com a entrada de dez novos países, com “um mundo globalizado” e o “alastramento do subterrâneo do neoconservadorismo à escala mundial”. Alertando que a União Europeia “está, lentamente, a deixar-se vencer pela ‘economia pura’, apesar dos apelos de mais coesão social e territorial”, o deputado do PS defendeu que, por isso, “importa outra política que não faça dos dogmas financeiros a política da União”. Neste contexto, considerou que “a vitória



Para concretizar a Estratégia de Lisboa, que é o futuro da Europa, é preciso ter mais socialistas no PE

MENSAGENS

RENOVAR A ESPERANÇA

Em mensagem enviada à Convenção Nacional do PS sobre a Europa, o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, sustentou que “uma Europa forte, unida e solidária é condição indispensável, embora não suficiente”, para viabilizar “o projecto do socialismo democrático de uma nova ordem mundial, baseada num novo multilateralismo, para regular e humanizar a globalização, fazendo dela uma oportunidade para todos, e reformar as instituições de governo mundial, com particular ênfase para o Sistema das Nações Unidas, sua pedra angular, a caminho de uma democracia global”. Segundo Guterres, é contra “o domínio de uma ideologia económica neoliberal, de uma agenda política neoconservadora e da lógica do unilateralismo”, apesar do seu “evidente fracasso”, que se “afirma o projecto alternativo do socialismo democrático”. Por isso, considerou, “é reconfortante ver o PS cada vez mais empenhado, não só em garantir a presença permanente e activa de Portugal no centro do processo de integração europeia, mas também de fazer progredir a União Política, para restituir à Europa o peso e a influência que a gravidade da situação internacional exige, em nome dos nossos valores universalistas”.

E sublinhou que “os socialistas de todo o mundo olham assim hoje para o PS com renovada esperança e com a certeza de poder contar com todos vós, na fidelidade aos ideais que sempre nos uniram”.

Por seu turno, a mensagem do comissário europeu António Vitorino alertava para a “crescente sensação de que os cidadãos se distanciam do projecto europeu – sensação confirmada pelas sondagens de opinião pública e pelas preocupantes perspectivas de abstenção nas próximas eleições para o Parlamento Europeu”.

Neste contexto, Vitorino salientou “a importância de centrar o debate público e a mobilização da sociedade civil em torno dos valores fundamentais do projecto político da União Europeia: a paz, a prosperidade e a solidariedade” para combater o afastamento dos cidadãos face à Europa.

Por outro lado, o ex-ministro da Defesa socialista considerou que a União Europeia “representa a melhor plataforma de regulação da globalização”, o que exige, na sua opinião, “a definição de políticas comuns europeias assentes na melhoria da competitividade e do aprofundamento da sociedade do conhecimento e na salvaguarda do modelo social europeu”, tal como aponta a Estratégia de Lisboa, adoptada em 2000 sob a presidência portuguesa, “e cuja prossecução representa um objectivo central da União alargada nos próximos anos”.

Fronteiras da UE coincidem com a Europa

Por sua vez, o primeiro-ministro e presidente do Partido Social Democrata sueco, Goran Persson, salientou a importância do alargamento da União Europeia, declarando que este “fará coincidir o alcance político da UE com as fronteiras geográficas da Europa”. Goran Persson afirmou que a social-democracia de Portugal e da Suécia “juntou forças” com a adesão dos dois países e manifestou a “esperança” de que a representação socialista no Parlamento Europeu “venha a colher os frutos da histórica ronda de alargamento” que se realizará em Maio.

Já o vice-presidente da Convenção Europeia para o Futuro da Europa e ex-ministro das Finanças de Itália, Giuliano Amato, transmitiu, em mensagem enviada a Fernando Rodrigues, “votos de sucesso” ao PS nas eleições de Junho, expressando o seu “apreço pelo enorme contributo que os socialistas portugueses deram no passado e dão ainda hoje para a construção de uma sociedade democrática e justa” em Portugal e na Europa.

“Deve-se a vós e a Mário Soares, a quem me liga uma amizade antiga, a consolidação da democracia em Portugal e a adesão à comunidade” europeia, declarou Giuliano Amato, acrescentando que também o facto de a Europa do euro ter “uma estratégia para enfrentar os novos problemas do século XXI” se deve aos portugueses e ao ex-primeiro-ministro António Guterres.

“Deve-se a ti, Eduardo, se hoje discutimos finalmente a reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento”, elogiou ainda o vice-presidente da Convenção Europeia, lembrando também o “precioso contributo dos socialistas europeus” nos trabalhos de preparação da Constituição europeia e afirmando contar com o “empenho” do PS para evitar “o predomínio dos Estados-membros maiores” na futura Lei Fundamental da União.

Elogios à Estratégia de Lisboa

O primeiro-ministro e presidente do Partido Social Democrata checo, Vladimír Špidla, considerou que “a agenda socialista, conhecida como Estratégia de Lisboa, é um grande desafio para todos nós”, já que “é o principal instrumento para a modernização da sociedade e da economia”.

Por outro lado, “uma cooperação mais próxima da UE é muito importante para países pequenos ou de média dimensão” como Portugal e a República Checa, referiu, sublinhando que a Convenção Nacional do PS “irá sem dúvida constituir um marco valioso para todo o Partido Socialista Europeu”.

Por sua vez, o eurodeputado do SPD alemão e vice-presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, transmitiu na sua mensagem “os melhores votos de sucesso ao PS” nas próximas eleições de Junho, manifestando o desejo de que essa vitória “seja o prelúdio de uma nova fase em que a esquerda europeia e o PSE tenham novamente o apoio maioritário dos cidadãos” do Velho Continente.

Martin Schulz pôs também em relevos as “profundas e frutuosas” relações estabelecidas entre Portugal e a UE e entre o PS e PSD, sublinhando que “a história de sucesso da integração portuguesa na UE, e a própria UE, é certamente impensável sem nomes como os de Mário Soares, António Guterres, e, claro, António Vitorino”.

Já o comissário europeu Pascal Lamy referiu que quase 20 anos passados sobre a data de adesão do nosso país à UE, é justo afirmar que “Portugal contribuiu de modo decisivo para a construção europeia”.

Desde 1986, adiantou, “nunca esteve em dúvida o empenhamento dos portugueses por uma Europa que conjuga os valores do progresso e de solidariedade. É esta Europa que, ontem, como hoje, nós precisamos de construir para promover o nosso modelo económico e social, tanto no seio da União como no mundo”.

CONVIDADOS NACIONAIS

ERGUER A BANDEIRA DO CONHECIMENTO

Recordando que, há quatro anos atrás, naquele mesmo recinto tinha sido assumido como um objectivo europeu a erradicação da ignorância, Mariano Gago congratulou-se pelo facto de todos os países da UE erguerem hoje a bandeira do conhecimento.

Porém, o ex-ministro da Ciência e da Tecnologia fez um balanço muito negro das políticas implementadas nesta área pelo Governo de direita.

“Foram péssimos os últimos dois anos de desenvolvimento científico”, disse, declarando que “este domínio em particular faz com que Portugal recue ainda mais relativamente à Europa, onde as exigências são elevadas e as mesmas para todos os membros”.

Defendendo uma aliança entre o poder político e a comunidade científica, Mariano Gago denunciou a quebra de confiança que se vive actualmente nesta relação, “derivada das políticas restritivas e cegas do Executivo”.

Na mesma linha de pensamento, Maria João Rodrigues acusou Durão Barroso e a sua equipa governativa de ter “sacrificado a Agenda Lisboa no altar do Pacto de Estabilidade e Crescimento”, resultando daí “uma verdadeira obsessão pelas questões financeiras que rejeita teimosamente a “necessária reforma do PEC e do orçamento comunitário”.

Para a ex-ministra da Qualificação e do Emprego, “é urgente transformar a Agenda Lisboa na agenda nacional”, aconselhando o PS unir a sua voz às “forças vivas do país” na prossecução deste objectivo.

Conhecimento é o ouro de amanhã na UE

Miguel Alves, presidente da Associação



Manuel Pinho afirmou que Portugal vive a mais violenta desaceleração económica dos últimos 20 anos em qualquer país da UE

dos Jovens Advogados, disse que “o PS tem um legado a defender na integração europeia”, salientando que “nunca em nenhum momento os socialistas se envergonharam das opções europeias”.

Segundo o jovem advogado, “a Convenção do PS é a Convenção dos amanhã de Portugal”, numa altura em que o país “é desgovernado por uma manta de retalhos ideológica, em que PSD e CDS estão mascarados quanto ao projecto europeu”.

Miguel Alves referiu ainda que “o conhecimento é o ouro de amanhã na União Europeia”, pelo que defendeu “um aposta na qualificação dos cidadãos, tal como preconiza a Estratégia de Lisboa”.

O diagnóstico e as medidas do Governo estão errados

Já Manuel Pinho, economista e gestor, afirmou que “Portugal vive a mais violenta desaceleração da procura interna verificada nos últimos 20 anos em qualquer país da União Europeia”.

Segundo Manuel Pinho, “constata-se

que passados dois anos o diagnóstico feito pelo Governo estava errado, ou seja, o nosso problema não era o orçamento mas sim a economia”.

“O Governo prometeu um milagre, o paraíso, mas passados dois anos verifica-se que a produção regrediu, o défice orçamental aumentou e o desemprego disparou”, acrescentou.

A professora Maria Manuela Leitão Marques, na sua intervenção, defendeu que “os serviços públicos devem ter na UE as mesmas garantias que são dadas à concorrência”.

E argumentou que “o estímulo à concorrência também pode ser feito ao serviço do bem-estar dos consumidores, e não apenas como oportunidade de negócio”, acrescentando que a concorrência em sectores como, por exemplo, as comunicações deve ser alvo de regulação pública.

“O papel regulador do Estado em vários domínios mantém-se no centro do debate”, disse, lamentando ainda que “desde 2002 a política de defesa do consumidor tenha sido enterrada em Portugal”.

CONVIDADOS ESTRANGEIROS

POUL RASMUSSEN DEFENDE “PAX HUMANA”

O primeiro-ministro da Dinamarca, Poul Rasmussen, considerou que as próximas eleições para o Parlamento Europeu podem ser “um ponto de viragem para inverter o actual domínio dos conservadores na UE”, criando assim as condições para que seja implementada a Estratégia de Lisboa que visa “fazer da Europa a região mais competitiva do mundo, com uma aposta na investigação, na educação e na inovação”.

Por outro lado, afirmou que o Partido Socialista Europeu é a “única força política relevante para defender a criação de uma região europeia baseada no pleno emprego, justiça social e coesão”, acrescentando que “temos de começar na Europa a luta por uma globalização melhor”.

E apontou cinco objectivos centrais que devem constar da agenda socialista: assegurar as condições de vida das pessoas, preservar o ambiente, regular a migração do trabalho, promover a democracia a todos os níveis e um compromisso com os cidadãos de forma a que a globalização não se traduza na diminuição da protecção social.

Defensor de “políticas preventivas em



vez de guerras preventivas”, Poul Rasmussen disse que é necessário “fazer um mundo melhor baseado na pax humana e não na pax americana”.

Harlem Désir apela à tolerância

O deputado europeu pelo PSF e fundador da Federação Internacional das Associações SOS-Racismo, Harlem Désir, advogou a favor da regulamentação legal e da organização da tensão migratória no espaço comunitário, apelando à

tolerância face às diferenças culturais e étnicas.

“É preciso perceber que a UE precisa de ser dotada de meios de desenvolvimento em vez de optar pela limitação da liberdade de circulação das pessoas”, afirmou, defendendo ainda a importância da coesão social e regional, numa “Europa do desenvolvimento sustentável, do crescimento e do emprego”.

“O Pacto de Estabilidade e Crescimento deve ser substituído por um verdadeiro Pacto de Emprego e Crescimento”, concluiu.

DEBATES TEMÁTICOS DE PREPARAÇÃO DA CONVENÇÃO

PORTUGAL E A ESTRATÉGIA DE LISBOA

MOBILIZAR TODA A SOCIEDADE PARA CUMPRIR OS OBJECTIVOS DE LISBOA

“É preciso construir uma coligação social para implementar as várias vertentes da Estratégia de Lisboa”, afirmou a ex-ministra do Emprego Maria João Rodrigues, num debate que se realizou no âmbito da Convenção Nacional do PS, acusando o Governo de estar a esquecer a sua aplicação, numa altura em que ela se tornou uma preocupação central da União Europeia.

Além de Maria João Rodrigues, participaram no debate dedicado à Estratégia de Lisboa, a deputada Elisa Ferreira, Luís Nazaré, membro do Secretariado Nacional, e Helena André, vice-presidente da Confederação Europeia de Sindicatos, tendo sido sublinhada a insuficiente implementação das suas várias vertentes em Portugal e noutros países da União,

bem como os perigos de haver uma distorção da sua matriz original.

Maria João Rodrigues sublinhou que neste momento existem duas visões diferentes da Estratégia de Lisboa: uma liberal que a reduz a uma questão de competitividade e a outra, defendida pelos socialistas, que é aquela que acrescenta a coesão económica e social.

“O discurso socialista defende uma competitividade baseada na qualificação das pessoas, no reforço da protecção social, na salvaguarda do emprego e no investimento em ciência e tecnologia”, afirmou, sublinhando que a prática do Governo do PSD/PP tem sido precisamente a oposta.

Segundo esclareceu, a Estratégia de

Lisboa “é uma agenda de reformas estruturais que pretende transformar as sociedades em sociedades do conhecimento, e isso leva tempo”. “Trata-se de dar aos nossos jovens os meios para que tenham melhores condições de vida, promover maior dignidade social criando oportunidades de emprego e de formação, pôr as escolas e as universidades a colaborar e as empresas a inovar”, afirmou.

Elisa Ferreira, por sua vez, considerou que existe em Portugal um problema grave de capacitação que fragiliza a nossa participação no novo desafio que temos pela frente, que é o de sermos competitivos numa Europa alargada.

“Partimos de níveis muito baixos na ciência e tecnologia, nas qualificações



elevadas e no ambiente”, disse, indignando-se com os cortes que o Governo fez em áreas essenciais como a ciência e a tecnologia, na formação e na educação, bem como com o facto de ter sido desmantelada a máquina que durante os governos do PS foi montada para proporcionar a investigação. Luís Nazaré alertou também para as tentativas neoliberais de corromper os propósitos da Estratégia de Lisboa e disse que, “hoje como antes, os socialistas estarão na linha da frente da sua defesa,

porque só assim a União Europeia poderá ser o espaço mais competitivo baseado no conhecimento, sem esquecer a dimensão social e territorial”. Por sua vez, Helena André passou em revista os objectivos da Estratégia de Lisboa, salientando alguns aspectos que estão a contrariar a sua implementação, como os défices públicos elevados, a crise económica, os cortes nas políticas de educação e serviços públicos e o aumento do desemprego.

PP



Portugal correrá sérios riscos se abdicar de ter uma participação activa no irreversível processo de aprofundamento da política externa da União Europeia. Este o alerta deixado por Jaime Gama ao intervir num debate sobre “O Papel da União Europeia no Mundo”, que decorreu na véspera da abertura oficial da Convenção Nacional do PS sobre Europa, no Centro de Congressos de Lisboa.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros defendeu que a União Europeia tenderá a

prazo a falar “a uma só voz, através de uma representação comum em instituições internacionais”, como as Nações Unidas, sublinhando igualmente a importância de se desenhar “um espaço europeu de diálogo onde se reforcem as abordagens multilaterais”.

“Portugal nunca deverá excluir-se deste processo. Reforçaremos mais a soberania nacional enquanto agentes activos do que enquanto agentes passivos ou recriminadores”, considerou o deputado socialista.

O PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA NO MUNDO

UE DEVE TER REPRESENTAÇÃO COMUM NAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

A mesma perspectiva de evolução da UE foi defendida por João Gomes Cravinho, para quem “se houver acordo entre o Reino Unido, a Alemanha e a França” ao nível da política externa, “os restantes países acabarão por aderir”.

Caso se concretize essa política comum na União Europeia, o docente universitário de Coimbra considerou provável que “em algumas áreas a política externa portuguesa se torne irrelevante”. Mas, ressaltou que “podemos ter um papel relevante em áreas como a América Latina, junto dos países lusófonos e do Magrebe”.

Depois de sublinhar a diferença entre as implicações de integrar uma UE de 15 países e as consequências de coexistir num espaço comunitário com 25

Estados-membros, Cravinho criticou os “abaixo-assinados” de Durão Barroso, fazendo referência ao seguidismo face à Espanha a que este Governo sujeita constantemente Portugal, acusando também o Governo do PSD/CDS de revelar “uma clara incapacidade para lidar com as dinâmicas de integração profunda das políticas externas europeias”.

Num registo diferente de Jaime Gama e de Gomes Cravinho, Medeiros Ferreira defendeu “uma política de pequenos passos” na evolução da política externa europeia.

Para o deputado socialista, “a ideia subjacente à UE é constituir-se como uma grande Suíça com pouca intervenção sobre o exterior”.

No debate moderado pela secretária nacional do PS para as Relações Internacionais, Ana Gomes, Medeiros Ferreira afirmou que “o pior que poderia acontecer a Portugal era a União Europeia dar passos de gigante, alienando os actuais centros de decisão e as políticas externas dos Estados-membros mais pequenos”.

“O nosso país, embora pequeno, e a Esquerda democrática têm um papel a desempenhar na construção de uma Política Externa e de Segurança Comum”, defendeu, sendo secundado de seguida por Ana Gomes, para quem “é sempre possível fazer a diferença, mesmo num pequeno espaço”.

MR

A CONSTITUIÇÃO EUROPEIA E O FUTURO DA EUROPA

PARTICIPAÇÃO MAIS ACTIVA DOS PARLAMENTOS NACIONAIS

A ideia de que a futura Constituição europeia é produto de uma evolução natural que não irá alterar radicalmente o funcionamento da União foi uma das conclusões do debate sobre “A Constituição europeia e o futuro da Europa”, que contou com a participação de Alberto Costa, Ana Maria Martins e Guilherme d'Oliveira Martins.

A primeira oradora, a professora Ana Maria Martins, destacou como pontos positivos do projecto de tratado para uma Constituição europeia a assunção de que “a União Europeia é uma união de povos e de Estados”.

Ana Maria Martins apontou também como positiva a possibilidade de adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, bem como a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais na Constituição.

Por outro lado, referiu que no projecto de tratado de Constituição se verifica “muita concessão aos Estados, nomeadamente na política de Defesa”, mas também há “uma maior clareza no que respeita às competências dos Estados e da UE”. Quanto aos aspectos negativos do projecto de tratado, “que será aprovado mais dia menos dia”, a professora da Faculdade de Direito de Lisboa realçou “a possibilidade

de os Estados poderem sair livremente da União”.

Já o deputado socialista Guilherme d'Oliveira Martins, depois de corroborar no essencial as posições da anterior oradora, disse não aceitar críticas ao método da Convenção que considerou “um bom momento da vida europeia”, porque “as CIG anteriores não foram precedidas de um processo tão amplamente aberto e participado”.

E realçou que na Convenção “foi possível um consenso quanto à integração da carta dos Direitos Fundamentais no projecto de tratado de Constituição”.



O deputado do PS considerou ainda que “não pode haver estratificação em relação ao poder de decisão e de voto na Comissão Europeia”, de forma a “compatibilizar eficácia e democracia”. Por sua vez, o deputado Alberto Costa, que também moderou o debate, destacou o facto de haver “muitas normas do projecto de Constituição favoráveis aos Estados-

membros, fixando competências, bem como aos parlamentos nacionais que ficam investidos de mais poderes”.

Alberto Costa sublinhou ainda que “a silhueta do projecto de Constituição da União aproxima-se mais da silhueta de um Estado liberal”, um facto que, salientou, decorre da actual correlação de forças na Europa favorável à direita. **J. C. C. B.**

SOUSA FRANCO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"PELO CONSENSO EUROPEÍSTA E POR PORTUGAL"

A ligação de Sousa Franco ao Partido Socialista remonta ao tempo da FRS e resulta numa "constante e autêntica coincidência de maneiras de pensar". Europeísta convicto de "antes do 25 de Abril", o cabeça-de-lista de PS nas próximas eleições ao Parlamento Europeu reconhece que o maior risco deste sufrágio é a abstenção. Na entrevista que concedeu ao "Acção Socialista", Sousa Franco afirma que serão as questões nacionais a dominar a campanha eleitoral, tanto mais que em matéria europeia a direita terá dificuldades em afirmar-se pois aparece unida numa coligação de europeísta com antieuropeístas.

Que significado e importância atribui a estas eleições europeias?

Em primeiro lugar, definirão a representação dos portugueses relativamente à Europa. E, uma vez que entre 10 e 13 de Junho vai haver eleições em todos os 25 Estados da União Europeia, representam também a vontade de todos os povos da Europa.

Em Portugal é a primeira consulta eleitoral que se faz ao povo português depois das eleições de 2002. O que significa também que pela primeira vez os portugueses são chamados a pronunciarem-se sobre a maneira como encaram o momento que estão a viver. Acho que há estes dois momentos claros. Num caso como noutro, as consultas têm, como é óbvio, um grande interesse para o futuro. Para a Europa porque estamos num momento de encruzilhada: o alargamento, a proposta de tratado constitucional, a necessidade de negociar as perspectivas financeiras para 2007/2013 tendo em conta os novos desafios que se põem, quer no domínio da coesão económica e social, quer no campo da coordenação de estratégias económicas, quer ainda no domínio da estratégia de modernização definida pela Cimeira de Lisboa, ou no domínio da segurança e defesa comum.

Para o nosso país também poderá representar, simultaneamente, um aviso e um estímulo. Um aviso para o Governo. Os governos devem ser de legislatura, mas também têm de tomar em conta a opinião expressa pelos eleitores acerca da política que estão a fazer, a fim de mudarem aquilo que os eleitores acham mal. A democracia é isso. E, porque, seguramente, as questões europeias são cada vez mais inseparáveis das questões nacionais, as eleições devem mobilizar os portugueses em geral e os socialistas em particular.

Por isso, há que votar e fazer votar. Ir ao

Euro e ver o Euro, mas antes passar pela mesa de voto. Ou então nada mudará de tanta coisa que está mal.

Qual o comentário que lhe merece a lista de candidatos socialistas ao Parlamento Europeu, saída da Comissão Política da passada sexta-feira?

É uma boa lista, garantindo unidade de programa, de discurso e de acção — como Mário Soares recomendou —, diversidade de competências e experiências em diversas áreas europeias fulcrais para Portugal, pluralidade coerente de pessoas. É legítima: ainda bem que resultou de um debate livre e transparente, sem secretismos e foi aprovada, apenas com um voto contra (por razões claras), no órgão próprio e no local próprio. O resto é barulho da direita e de instrumentos da direita. Espero que, como equipa — que poderia ter vários líderes, mas tem o que foi escolhido democraticamente —, motive o PS e os socialistas, para que, todos juntos, lutemos contra a abstenção e por um projecto de futuro para Portugal e a Europa que mobilize os portugueses. É uma honra ser número um desta equipa, começando por um político tão bom e com tanto futuro como António Costa. Todos juntos somos necessários para este combate político e cívico. Contra a depressão, contra as políticas erradas. Pelo consenso europeísta e por Portugal.

Porque é que aceitou ser candidato e cabeça-de-lista pelo Partido Socialista nas próximas eleições para o Parlamento Europeu?

Por duas razões. A primeira é que me parece que havendo grandes erros, nomeadamente na política económica e social que está a ser seguida, o PS está a construir — e naturalmente essa construção vai prosseguir com um grau



de solidez e concretização cada vez maior — uma proposta alternativa com a qual eu penso que me identifico. Não é a primeira vez que essa identidade existe. Já vem de muito longe. Recordo que, nas listas da FRS, eu fui eleito em número dois a seguir ao dr. Mário Soares, em 1980, muito antes de ter feito parte, com muito gosto e com muita honra, do Governo do eng. António Guterres. Portanto, há uma relação que é antiga, que é harmoniosa, o que resulta numa muito constante e autêntica coincidência de maneiras de pensar, feita na liberdade e não na obediência a uma organização, o que, naturalmente, é uma forma tão legítima como outra qualquer de identificação. Sublinho, como comentário, que o PS tem introduzido na vida política portuguesa a prática, que eu julgo salutar, de convidar independentes socialistas, sociais-democratas, trabalhistas — três palavras que se usam na Europa e que têm significados muito próximos — para muitos cargos. Numa das eleições europeias a cabeça-de-lista foi a eng. Maria de Lurdes Pintasilgo que também não é uma militante do PS.

A segunda razão é de estratégia nacional. Acho que de facto vamos entrar, como foi dito pelo secretário-geral, Ferro Rodrigues, numa fase em que ao longo de dois anos se vão suceder todas as eleições: regionais, autárquicas, legislativas e presidenciais. Esse ciclo eleitoral, do qual estamos só a discutir precipitadamente as presidenciais em vez de nos concentrarmos, sobretudo, em cada uma delas, que têm o seu momento próprio e o seu significado próprio, pode representar a ocasião para ir construindo uma solução para o futuro.

Por isso, há que votar e fazer votar. Ir ao Euro e ver o Euro, mas antes passar pela mesa de voto. Ou então nada mudará de tanta coisa que está mal

Face ao que acaba de expor, não se corre o risco das eleições europeias se centrarem na política nacional?

Penso que se correm dois riscos. Um é esse: há que falar de Portugal e da União Europeia. Mas o maior, este ano agravado, é o tradicional risco da abstenção. Acho que todos os partidos, toda a comunicação social, todos os órgãos do Estado e os elementos relevantes da sociedade política e civil portuguesa deviam fazer o possível para motivar os portugueses a votar.

Como é que, no seu entender, se combate mais eficazmente a abstenção?

A solução para a abstenção a longo prazo é inatingível desde já, pois resulta do ataque às suas raízes. E essas raízes, nestas eleições, são a convicção de que os cidadãos europeus estão distantes das instituições comunitárias e de que não podem influenciá-las, embora todos saibam que elas pesam na vida de cada um. Democratizar mais as instituições europeias e dar verdadeiro significado à

cidadania europeia é a solução de longo prazo. É óbvio que isso não se resolve em dois meses, mas será no próximo mandato do Parlamento Europeu que essa solução pode começar a ser construída.

Penso que nestes dois meses a motivação terá de ser dada por dois factores. Desde logo, um grande consenso nacional sobre a importância do voto dos portugueses, apesar de haver circunstâncias adversas, nomeadamente datas que coincidem com uma ponte e feriados em Portugal com o Euro 2004, o que torna o momento mau e facilmente tentador no sentido de os eleitores não votarem. Depois, é preciso esclarecer as pessoas na campanha de que as questões europeias são muito relevantes para a vida de cada um e que elas estão intimamente ligadas às opções políticas nacionais, e que podem e devem mudar consoante os seus resultados. Não é, portanto, indiferente votar para o Parlamento Europeu. Primeiro, porque os portugueses estão nele representados na construção da futura Europa a 25 neste parlamento, e quanto melhor o estiverem, de acordo com as suas ideias e também com a qualidade das pessoas, mais influenciarão a construção europeia. Segundo, porque o Parlamento Europeu decide, em conjunto com outros órgãos da união (co-decisão), questões de maior interesse para Portugal nomeadamente o orçamento e outras questões financeiras: quatro em cada cinco decisões económicas e financeiras. Trata-se de decidir não dar opiniões. Terceiro, porque as políticas que se fazem aqui são, segundo uma interpretação certa ou errada, cada vez mais decorrentes ou condicionadas

pelas políticas e pelas leis europeias. Em suma: informar, informar, informar, mobilizar, mobilizar, mobilizar. Vamos ao Euro, mas votemos primeiro.

É inevitável que se fale de política nacional?

É inevitável e é positivo.

Na Convenção tratou os socialistas por camaradas. Porquê?

Foi espontâneo, mas tem razões profundas, a primeira é que esse é um tratamento normal nos partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas, que às vezes também tem a variante de companheiros. É uma fórmula de tratamento que exprime a solidariedade e que é tradicional nestas famílias de partidos. Pode-se sentir essa camaradagem sem se estar inscrito. E estas convergências antigas e constantes demonstram que eu a tenho vivido de uma maneira livre e independente. A segunda razão é que às vezes numa só palavra diz-se mais do que em mil.

Desde a implantação do regime democrático sempre se afirmou pró-europeu. Para si o que é ser europeísta?

É verdade o que diz, aliás, mesmo antes de 1974. Não só relendo muitas intervenções orais, de que tenho registo, e escritas encontro isso, como verifico que o meu nome está entre os subscritores da moção que a Assembleia da República aprovou apoiando a proposta que o primeiro-ministro, Mário Soares, no I Governo Constitucional, apresentou ao Parlamento no sentido de pedir a adesão à Comunidade Económica Europeia, ao lado de nomes como Francisco Sá Carneiro, Francisco Salgado Zenha, Adelino Amaro da Costa. Eu fui um dos poucos subscritores dessa resolução. Desde o início, e já antes disso, tinha defendido não apenas uma mera adesão formal, como uma adesão muito empenhada e adulta, procurando que Portugal fosse um país tão activo como os melhores na União Europeia, para garantir a paz no Mundo, a democracia e o desenvolvimento. Ser europeísta, para mim, significa perceber que os países com uma forte

identidade nacional, como é o caso de Portugal, se realizam hoje através dos respectivos Estados nacionais, mas também o fazem através daquilo que, numa fórmula feliz, Jacques Delors chamou uma federação de estados-nação: O que a União Europeia deve ser. Portanto, com uma partilha crescente, que faça da Europa a primeira potência económica do Mundo e uma potência política relevante para que o Mundo seja multicolor, para que tenha vários centros de decisão. Em resumo, hoje na sociedade global, os países pequenos ou médios, e às vezes até os grandes — a própria Alemanha —, sozinhos pesam pouco em relação aos superpaíses, aos megapaises, às grandes potências, mas se se agruparem com base na cultura comum e respeitando as respectivas identidades nacionais podem ter peso no mundo e construir assim uma Ordem Global justa, regulada e bem governada, por todos e não só por alguns. Sem isso não há paz nem desenvolvimento duradouros.

Dada a diversidade de posições tradicionais do PSD e do CDS/PP sobre matéria europeia, como interpreta a coligação de direita?

Penso que o domínio das questões europeias é certamente daqueles onde uma coligação entre o PSD e o actual PP se revela mais difícil e negativa. Sublinho o actual PP, porque é evidente que o CDS histórico, com Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, foi um partido europeísta como o PSD e o PS. Só que o actual PP uma das maneiras que encontrou para se afirmar, e por isso até foi excluído da família democrata-cristã, foi o antieuropeísmo, o nacionalismo extremo. E mesmo quando agora usa a expressão "eurocalmo" só diz que está calmo nessa sua tendência, por razões oportunistas, mas a tendência mantém-se. Eurocalmo, em meu entender, não é nada de positivo. Significa: vamos para a Europa deixá-la quietinha, quanto menos melhor. Isto é uma expressão do antieuropeísmo. Ao contrário, o PSD, tal como o PS, que tem sido um dos dois pilares da opção europeia de Portugal. Um pilar mais à direita ou liberal e outro mais progressista, mas

ambos necessários para o existente acordo de regime. O PSD é um partido claramente europeísta. Não sei como é que vai querer que a Europa siga em frente e seja eurocalma, no sentido das águas-paradas do PP em matéria de Europa. E alguns efeitos negativos já se têm notado. Foi uma opção negativa para a Europa e para o Mundo que o Governo português tivesse sido um dos falcões na questão da guerra do Iraque que dividiu a Europa. O seguidismo em relação a Aznar e a militância pró-Bush e anti-França e anti-Alemanha do PP deram os piores frutos. Poder-se-á dizer que se há uma divisão, há duas partes, e que ambas tiveram culpas nessa divisão. Se houvesse uma política externa e de segurança comum devia haver uma posição europeia comum nessa matéria como em outras. Mas, o que eu teria preferido era que nós estivéssemos mais perto da posição de países europeus que se manifestaram contra a guerra, que da posição da Itália, da Espanha e, lamento dizê-lo, também da Grã-Bretanha. Aliás, esta não é só uma opinião pessoal: foi a da maioria das opiniões europeias. Nisto começou a nascer uma "opinião europeia", cuja falta Habermas tem notado: devemos saudar o seu aparecimento e não a desrespeitar.

Usou no seu discurso na Convenção uma imagem em que se refere à impossibilidade de juntar a água e o fogo para dizer que a coligação de direita não é credível...

A imagem que utilizei radica na

A experiência revela que muitas vezes há o risco de nas coligações pesarem mais os pequenos membros do que os grandes

verificação de que não é possível juntar europeístas e antieuropeístas numa mesma coligação europeia. Isso pode ser apenas gradual, mas há que apontar que, como disse, na posição de falcão que o Governo português tomou na questão da guerra do Iraque, o que prevaleceu foi o antieuropeísmo do PP. A experiência revela que muitas vezes há o risco de nas coligações pesarem mais os pequenos membros do que os grandes. Já há sinais disso: sectores da direita do PSD mal escondem o seu antieuropeísmo. Assim, nós lutamos por duas coisas: contra as políticas que geram desemprego, pobreza, pior saúde e menos protecção social; e a favor do consenso europeu entre o PSD tradicional e o PS. Votar PS significa isso.

Do seu ponto de vista, porque é que da direita apenas se conhece, neste momento, uma frase que mais parece um slogan futebolístico, que é o "Força Portugal", decalcado, aliás, da campanha de Silvio Berlusconi em Itália. É esta situação reveladora das dificuldades da coligação?

Copiar Berlusconi não nos leva muito longe e vai na pior direcção. A expressão em si, para além de ter essa paternidade pouco edificante, revela dificuldades em concretizar objectivos para a Europa. O Partido Socialista já aprovou um manifesto eleitoral, onde esses objectivos e o caminho para os prosseguir é claro. Há um conjunto de ideias e de propostas. A par da situação do país, é importante que elas sejam discutidas, porque estas são eleições europeias. Não se trata de escolher entre uma coisa ou outra. Há que perceber que ambas são indissociáveis; para que Portugal arranque, a Europa tem de arrancar: mas a Europa pode arrancar e Portugal não, se as políticas aqui forem erradas. O PS tem ideias para isso. Até agora do lado da direita tem havido apenas uma adaptação do "slogan" do senhor Berlusconi. Pois não me passa pela cabeça que houvesse influência do marketing de alguma marca ou produto, nem aproveitamento de nada relacionado com o Euro 2004. Isso seria gravíssimo.

NOVE MOTES PARA NOVE IDEIAS

Mário Soares: a figura histórica por excelência do Portugal de Abril.

Ferro Rodrigues: um exemplo de grande coragem pessoal e um líder verdadeiro e corajoso.

António Guterres: um dos melhores representantes de Portugal no Mundo no século XX e para o século XXI; por isso um político que Portugal não pode perder.

Bruxelas: a Europa tem 25 capitais, mas o local de encontro é esse; nós mandamos em Bruxelas, não mandamos em Madrid.

Constituição europeia: Não há nação europeia, prefiro dizer nações e povos europeus, logo tratado constitucional; o constitucionalismo europeu significa pôr em comum a democracia, os direitos humanos e a visão do mundo, o desenvolvimento sustentável da Europa, em termos eficazes na sociedade global.

Directório europeu: aquilo que só corremos o risco de se verificar se não houver um pensado e equilibrado acordo dos 25 Estados sobre as regras do jogo e políticas a longo prazo para a União Europeia.

Velha Europa/Nova Europa: um "slogan" que foi eficaz para consagrar uma das táticas mais perversas do Presidente dos Estados Unidos, na divisão da Europa; toda a Europa tem uma velha cultura, toda a Europa deve construir um novo projecto para um futuro livre e justo.

Euro: um bom exemplo de êxito da Europa se for acompanhado de mais união política e de coordenação das políticas económicas (aquilo que Delors chamou governo económico da Europa); ou se não, possível pretexto para um monetarismo indesejável se se mantiver a situação presente com o euro tecnocrático a substituir as políticas comuns que a Europa democrática não tem. Em suma, união política, económica e monetária sim; união só monetária não chega e será perversa.

Euro 2004: ocasião para Portugal mostrar ao Mundo que sabe fazer e organizar, começar a ganhar auto-estima, tentar estimular o turismo e inverter a desconfiança económica, valorizar um domínio — o do futebol — onde os portugueses conseguem ser excelentes até com vários maus dirigentes.



PRIORIDADE AO SOCIAL

Ministro das Finanças do primeiro Governo de António Guterres, Sousa Franco arrasa as políticas que vêm sendo seguidas pela actual maioria de direita e explica porque é falso o argumento da "pesada herança". A tão falada consolidação orçamental, segundo o cabeça de lista do PS às europeias, foi a conseguida de 96 a 99 quando simultaneamente se reduziu o défice e a dívida.

Como explica a divergência que se verifica entre Portugal e a média comunitária a partir de 2002?

Penso que é importante reafirmar, ao contrário de alguns artigos que têm aparecido na imprensa, que Portugal convergiu com a União Europeia, de acordo com os indicadores mais relevantes – PIB "per capita", crescimento do produto em termos globais – até 2001. Vejo citados dados relativos a Outubro do ano passado, anexos ao relatório da comissão. Mas na verdade os últimos dados oficiais do Eurostat são de 13 de Dezembro do ano passado. Eles confirmam esta ideia, depois da revisão das paridades do poder de compra, de que a quebra de



convergência com a Europa só aconteceu depois de 2001. Tal facto é, portanto, imputável às políticas entretanto seguidas pelo actual Governo desde há dois anos: o argumento da "pesada herança" era falso e, após dois anos não tem qualquer sentido. Julgo que este ponto deve ficar claro. Não será absolutamente necessário estarmos agora a discutir o passado, mas também é importante sublinhar que em relação a esse passado não há nenhuma razão para nos envergonharmos dos resultados do conjunto dos governos de António Guterres, muito pelo contrário. Tivemos a mais baixa taxa de desemprego, as maiores altas de salários reais, as mais baixas taxas de juro, a maior consolidação orçamental no domínio do défice e no domínio da dívida desde o 25 de Abril, para além de uma taxa de crescimento, o que significa que a par do emprego da luta contra a pobreza e das políticas sociais, em todos os domínios se conseguiu melhorar o bem-estar que foi nestes seis anos significativamente superior à média dos anos anteriores e o maior de sempre. Em todos estes domínios, se compararmos os seis anos dos governos de António Guterres com os dez anos dos governos de Cavaco Silva, os seis anos de António Guterres são em geral melhores, ou, em algum caso, iguais. Mas no conjunto, claramente melhores. Ainda quanto ao passado, o único problema que houve em 2001 foi o de começar a haver uma entrada da economia europeia e da economia mundial em recessão, no seguimento da recessão dos Estados Unidos, que também se fez sentir em Portugal. O que evitou, a partir de 1999, quando os primeiros sinais dessa recessão se fizeram sentir, e a política se tornou mais expansionista do que tecnicamente se desejava, que a consolidação orçamental pudesse ter

sido levada até ao ponto ideal. Após os altos défices do cavaquismo, era necessário, alguma política de maior contenção. Mas era necessário, ao mesmo tempo uma estratégia de competitividade, crescimento e modernização da economia, baseada naquilo, que sob proposta também da presidência portuguesa da União Europeia no tempo do eng. Guterres, se propôs para a Europa, foi aprovada, e ainda hoje é um referencial para os Estados europeus, a Estratégia de Lisboa, que de acordo com o último relatório da Comissão de há umas semanas, onde se pior se cumpre é em Lisboa. Na Lisboa de hoje, não na daquele tempo. Ora, essa estratégia continua a faltar e as prioridades estão invertidas. A prioridade é obviamente social. O bem-estar das pessoas é o fim da economia. Para poder ser social tem de ser económica e para que a economia seja sã, então sim é necessária a consolidação orçamental. E a maior consolidação, sublinho-o de novo, foi a que se conseguiu nos anos de 96 a 98 e 99, através da redução do défice e da dívida simultaneamente, como nunca tinha acontecido antes desde o 25 de Abril. Portanto, em 2002 e 2003, houve prioridades erradas e falta de estratégia, colocando em primeiro lugar uma espécie de ditadura financeira com a obsessão do défice e os cortes no investimento. Deu este resultado agravado pelo desespero e pelo discurso da tanga. E o que é pior é que este resultado se vai prolongar por vários anos: agora, sim, estamos de tanga ou pior. É como nos grandes navios, quando se quer mudar de rumo, o efeito só se sente alguns anos depois de haver correcção. Se essa correcção se der como consequência da votação nas eleições de Junho, só por isso já tinha valido a pena um esforço de motivação do eleitorado para dar um sinal de

Se compararmos os seis anos dos governos de António Guterres com os dez anos dos governos de Cavaco Silva, os seis anos de António Guterres são melhores

insatisfação com esta política em que o financeiro está acima do político, do económico e do social, quando devia ser apenas um instrumento ao serviço deles. Com esta base, não haja medo de discutir o passado. Mas o que sobretudo importa é o futuro. Um projecto para Portugal na Europa.

O fracasso das actuais políticas do ponto de vista económico-financeiro é cada vez mais evidente e os portugueses sentem isso na pele todos os dias. Do seu ponto de vista quais seriam as alternativas possíveis e os instrumentos de política adequados para inverter esta situação?

Penso que é necessário que Portugal assumia que, devendo, tanto quanto possível, cumprir critérios de consolidação orçamental, se compatibilizasse isso com a Estratégia de Lisboa, a qual não deve ser comprometida pelo cumprimento formal e contabilístico do chamado Pacto de Estabilidade e Crescimento que, como se sabe, é um mero regulamento.

É essa visão do Pacto que é estúpida ou é o próprio Pacto que é estúpido?

Acho que a interpretação foi muito estúpida. Mas o Pacto também é eminentemente melhorável. A estupidez está repartida, e acho que o adjetivo de Prodi, que foi considerado pouco diplomático, é muito adequado. Sabe que eu estava no Conselho que aprovou esses regulamentos, como o Governo português estava no Conselho Europeu que assumiu os importantes compromissos da estabilidade e do crescimento. Logo ficou muito claro que a experiência viria a servir de teste para os critérios ali estabelecidos. E a experiência está aí: é necessário mudar. Onde está o crescimento? E, em Portugal, a estabilidade sem truques? Aí está o exemplo de como o erro cometido em Portugal amplifica um erro cometido a nível europeu. A França e a Alemanha procedem bem (e a França já está a ter os primeiros resultados disso) ao apresentarem défices verdadeiros, não manipulados, que são superiores ao limite de 3 por cento, situando-se nos 4,1 por cento, em França, conforme o relatório de défices excessivos de final de Fevereiro. O Conselho é que procedeu mal. E Portugal, com uma incoerência total, disse que o Pacto não deve ser revisto, mas não o vamos aplicar à França e à Alemanha, o que é ilegal. A Comissão podia ou não ter ido ao Tribunal de Justiça, mas não tenho dúvidas de que tem razão em dizer que é ilegal a decisão do Conselho em não concordar que por um acto político se não cumpra o regulamento. O que se deve fazer é repensar o regulamento, eventualmente suspendendo a sua aplicação por regulamento e para todos os Estados, e depois revê-lo para melhor. Quando Portugal, no fundo, concordou com este procedimento, que não tem pés nem cabeça, revelou que não tem estratégia nesta matéria: os mais ricos e maiores que violam o regulamento, que não deve ser revisto e que estrangula o crescimento nos mais pobres e pequenos.

Tal incoerência até parece masoquismo.

Apesar dos limites do Pacto, o quadro recessivo português poderia ou não ter sido evitado?

A gestão das expectativas foi completamente errada. Este Governo até se podia inspirar em Berlusconi, que fez uma campanha eleitoral em Itália a criticar o anterior Governo da coligação de esquerda da Oliveira, mas quando chegou ao poder manteve as críticas políticas, o que é normal, mas não andou a remexer na herança financeira recebida, porque era a credibilidade do Estado italiano que estava em causa. O actual Governo português ao contrário, fez algo de catastrófico, que foi manter o discurso teimoso de que tudo estava errado na herança que tinha recebido. Isso gerou a depressão colectiva, que Eduardo Lourenço chamou de deprimismo, gerou a perda de auto-estima dos portugueses, níveis de falta de confiança que nunca se tinham conhecido, o afundamento em situações de pântano económico, social, psicológico e ético. Nós convencemo-nos de repente que Portugal era o pior dos países do Mundo, o que obviamente não é verdade. E o Governo tem uma gravíssima responsabilidade nisso.

A gestão de expectativas não é propaganda política maquista. Dizer "aí vem a retoma", não significa que ela aconteça realmente. A retoma só vem quando é sustentável e os agentes económicos a sentem. Quando não a sentem há estagnação, como hoje. É claro que ela algum dia virá, talvez lentamente, a partir do Verão: mas tanto se falou dela em vão que, como na história do pastor e do lobo, então os portugueses vão desconfiar, e a recuperação será mais lenta. Falar verdade é essencial e o mais eficaz: O discurso da tanga e o discurso da retoma foram igualmente maus. Uma sugestão. Porque não a verdade?

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

RETOMAR A IGUALDADE PROMETIDA EM ABRIL

O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas assinalou o Dia Internacional da Mulher com o lançamento do documento "30 anos – 30 novas ideias para a democracia", um projecto que será desenvolvido para posterior publicação em livro, ainda no final deste ano, e que visa promover a paridade e a igualdade subjacente nas promessas de democratização da sociedade emanadas do 25 de Abril.

Na cerimónia, em que as intervenções estiveram a cargo de Sónia Fertuzinhos, Lígia Amâncio e Paula Silva, participaram também Maria Barroso, Maria de Belém, Ana Gomes, Celeste Correia, Maria Amélia Antunes, Edite Estrela, Maria Alzira Lemos, Jamila Madeira, Mafalda Troncho, Ferro Rodrigues, Vieira da Silva, Pedro Adão e



Silva, José Magalhães, Miguel Coelho e Vitalino Canas.

A presidente do DNMS, Sónia Fertuzinhos, centrou a sua intervenção no feminismo e no desemprego e em como este atinge gravemente a população activa feminina, afirmando que "uma sociedade que conta com a participação de homens e mulheres serve todos, não só as mulheres".

Depois de lembrar que "a igualdade é a principal dimensão da democracia", Lígia Amâncio chamou a atenção para o facto de o manifesto do PS propor "uma nova mobilização em torno do 25 de Abril".

Já a socióloga Paula Silva debruçou-se sobre o acesso ao emprego e a discriminação de que são alvo as mulheres ao nível das oportunidades.

MARY RODRIGUES

30 ANOS – 30 NOVAS IDEIAS DE DEMOCRACIA

- Garantir a igualdade de género no exercício de todos os direitos
- Aprofundar os direitos sociais
- Reforçar a participação política das mulheres bem como a sua presença nas esferas de decisão
- Garantir que mulheres e homens terão condições para escolher livremente a sua profissão
- Reforçar as políticas de educação e formação tendo em vista uma sociedade mais desenvolvida e igualitária
- Fazer corresponder iguais competências a iguais oportunidades
- Formar ao longo da vida para combater cenários de exclusão e desemprego
- Inovar tecnologicamente e transformar o saber teórico em prol da igualdade
- Combater a infoexclusão
- Encorajar o envolvimento das mulheres na investigação e na produção científica
- Promover um acesso equilibrado à cultura por mulheres e homens
- Evitar que a Comunicação Social reproduza os estereótipos conservadores e participe assim na mudança
- Alterar a tradição da utilização generalizada do masculino genérico para promover a visibilidade das mulheres no pensamento e nas artes
- Constituir como objectivo de organização social a conciliação entre a vida profissional e a vida privada
- Mudar as políticas de família mediante o reconhecimento de igual valor à maternidade e à paternidade
- Promover a natalidade pela implementação de políticas públicas dirigidas à família que permitam às mulheres não prejudicar as suas vidas e carreiras
- Reforçar redes e laços de solidariedade com as gerações mais velhas.
- Persistir no combate às assimetrias no desenvolvimento regional
- Promover cidades sustentáveis à luz da igualdade de género
- Repartir equilibradamente, entre homens e mulheres, o tempo de trabalho pago e não pago
- Incluir o nome da mulher nos contratos de arrendamento ou venda de habitação social celebrados por autarquias ou entidades comparticipadas com dinheiros públicos
- Promover políticas que ponham fim à discriminação em função do género e aos diversos tipos de violências que essa discriminação origina
- Fortalecer os laços sociais e o Estado-providência por forma a combater a pobreza e a exclusão social
- Conjugar esforços a nível nacional e internacional para combater as redes de tráfico e prostituição
- Abordar os direitos sexuais e reprodutivos como questão essencial na promoção da igualdade do género
- Analisar as questões de saúde ligadas aos comportamentos das mulheres e dos homens, tendo em conta a rede complexa de interações entre ambos
- Incentivar a participação das mulheres nas ONG's, no associativismo ou no voluntariado
- Aprofundar o conhecimento sobre as mulheres e os homens estrangeiros que vivem em Portugal para definir novas políticas para a imigração
- Contar de igual forma com mulheres e homens para o aprofundamento da cidadania europeia
- Apostar nas relações internacionais entre os povos para promoção da igualdade do género.

VIEIRA DA SILVA

COMBATER A ABSTENÇÃO E UNIR O PARTIDO

Combater a abstenção e unir o partido para arrancar uma vitória nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, foram as duas principais mensagens de Vieira da Silva, porta-voz do PS, que no passado domingo esteve em Viseu para participar na festa anual da Comissão Política da Concelhia local.

Vieira da Silva considerou que a luta contra a abstenção é difícil, concorrendo para isso diversos factores que é necessário contrariar, de forma a que os portugueses possam dizer ao Governo que está profundamente errado nas suas opções políticas.

"É a primeira oportunidade de dizer nas urnas que queremos outro caminho", afirmou, acrescentando que, "ou mudam rapidamente de políticas, ou então será preciso mudar de Governo". Vieira da Silva considerou que todos os portugueses estão perante "um grande desafio", mas mostrou a sua convicção



de que "o PS se vai empenhar e mobilizar", de forma a "poder dar uma grande ajuda a que este grande medo da abstenção não se concretize". O porta-voz do PS confia que "se o partido trabalhar em conjunto terá todas as condições para mostrar que há outro caminho alternativo e, a partir da vitória

de 13 de Junho, construir respostas vitoriosas para todos os combates eleitorais que se seguirão".

Vieira da Silva apontou três "pecados fatais" à governação do PSD/PP: a economia, a situação social e a degradação da qualidade da democracia. A nível da economia, acusou o Governo de ser responsável pela recessão, com quebra do investimento, do consumo e do poder de compra.

Quanto ao pecado fatal que constitui a degradação da situação social dos portugueses, apontou o desemprego galopante e a incapacidade do Governo em inverter a paralisia e a mediocridade que actualmente existe.

Aquele dirigente nacional apontou ainda a degradação da democracia, patente "no medo que pessoas e instituições têm de se pronunciar, eventualmente com medo de serem prejudicados na distribuição dos apoios a que têm direito".

JOSÉ SÓCRATES

O TRABALHO DO PS É GANHAR AS ELEIÇÕES

"O nosso trabalho é ganhar as eleições, dar voz ao descontentamento, servir Portugal, afirmarmo-nos na Europa e começar já a preparar o início da alternativa do Governo", afirmou o deputado José Sócrates num encontro de socialistas realizado em Monção, em que foi discutido o tema "Que políticas para o desenvolvimento sustentado".

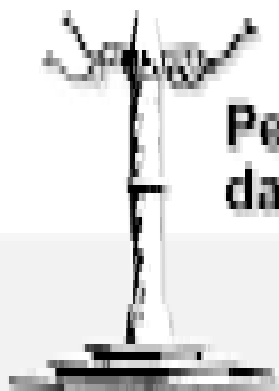
Num debate muito participado, o deputado afirmou que as próximas eleições europeias serão a ocasião que os portugueses devem aproveitar para dar uma lição ao Governo liderado por Durão Barroso e Paulo Portas, por ter falhado redondamente na governação económica e cometido o erro político de alinhar Portugal ao lado dos Estados Unidos para legitimar uma guerra no Iraque que se baseou numa mentira.

Para o deputado, estes serão alguns dos temas que irão estar no centro das atenções da campanha para o Parlamento Europeu, não só por revelarem um desastre a nível interno visível no estado de recessão que o país vive, como a nível externo, pelo descrédito em que caímos pelo facto do país ter alinhado numa mentira internacional.

"É preciso levar os portugueses a fazerem um juízo político sobre estes últimos dois anos", disse José Sócrates, que incitou ao voto no PS, "para que se possa dar um sinal e um aviso político de que as coisas não estão bem".

"Este é o momento de nos unirmos e lutar", disse.

No encontro estiveram várias centenas de militantes e dirigentes como Rui Solheiro e o histórico Oliveira e Silva.



Pelourinho da República

“Está perfeitamente ao nosso alcance eliminar 2/3 da diferença que na Europa nos separa dos melhores”

Durão Barroso no Parlamento
Expresso, 28 de Fevereiro

“O Senhor Primeiro-Ministro trouxe-nos algumas piadas no seu discurso, mas já não estamos no carnaval.”

Resposta de Carlos Carvalho
idem

“O PP tem uma posição oficial sobre o aborto e o PSD tem uma não-posição sobre o aborto.”

Guilherme Silva em entrevista à RTP
Expresso, 28 de Fevereiro

“Em qualquer outro país, uma figura como Alberto João Jardim já teria ocupado alguns dos mais altos cargos da nação.”

idem

“Não pondo em causa que estava a ser sincero, creio que uma afirmação deste tipo só pode significar uma de duas coisas: ou Guilherme Silva viaja muito pouco ou tem um enorme sentido de humor.”

Comentário de Eduardo Prado Coelho
Público, 27 de Fevereiro

“O político que os portugueses preferem é uma estátua ou, na falta de estátua, alguém que não interfira na vida deles.”

Vasco Pulido Valente
Diário de Notícias, 28 de Fevereiro

“Estátua de Sá Carneiro líder da bancada do PSD. Guilherme Silva vai para a rotunda do Funchal.”

Título do Inimigo Público, 5 de Março

“Hoje voltava a fazer o mesmo. Aquilo foi ponderado para o país ver a bagunça das nomeações das arbitragens.”

Avelino Ferreira Torres sobre as cenas que protagonizou no estádio com o seu nome
SIC, 1 de Março

“O senhor deve estar vesgo. Então se eu quisesse bater no árbitro, não lhe tinha batido?”

Avelino Ferreira Torres para o jornalista Paulo Camacho
idem

“O árbitro, o Nuno, é um grande valor da arbitragem.”

idem

“Eu sou uma pessoa devidamente esclarecida, mas não sou uma carpideira.”

idem

LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

PS PROPÕE UMA NOVA ESTRUTURA ORGANIZADA POR OBJECTIVOS

O PS entregou na mesa da Assembleia da República as suas propostas de alteração à Lei de Enquadramento Orçamental que assentam nos princípios da prudência, da sustentabilidade e da solidariedade intergeracional, consagrando “uma nova estrutura orçamental organizada por objectivos e de base plurianual”.

Segundo sublinhou o líder da bancada parlamentar socialista, António Costa, o projecto de lei do PS atribuiu também “carácter deliberativo e vinculativo ao actual debate de orientação da despesa pública, a realizar em Maio, associado à aprovação da Lei de Grandes Opções do Plano e de uma nova Lei de Orientação da Despesa Pública que fixe, designadamente, o tecto de evolução trienal da despesa pública e da despesa corrente primária”. António Costa referiu ainda que o diploma prevê a criação, junto da Assembleia da República, “de uma comissão de peritos independentes que dê parecer sobre as propostas orçamentais, designadamente quanto ao respeito pelos princípios da prudência, sustentabilidade e solidariedade intergeracional, mas também as avalie em face do ciclo económico, do crescimento, emprego e estabilidade de preços”.

Falando na abertura do debate agendado pelo PS sobre a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), António Costa convidou ainda o Governo e a maioria PSD/PP a apoiar a alteração do Pacto, reiterando a proposta de Ferro Rodrigues para que Portugal apresente em Bruxelas um projecto nacional nesse sentido.



O líder da bancada socialista agrupou em “três grandes objectivos” as propostas de reforma do Pacto, a primeira das quais passa pelo “reforço da transparência para aumentar a confiança na fiabilidade das contas públicas”.

É que, argumentou, “o Pacto revelou-se ineficaz e complacente com as opções de desorçamentação, de contabilidade criativa, das receitas extraordinárias, de empréstimos dissimulados de titularização, em suma, com toda a plêiade de truques que a imaginação contabilística vem produzindo”. Por outro lado, “melhorar o critério de sustentabilidade das finanças públicas e favorecer um adequado ajustamento ao ciclo económico” foi outro grande objectivo apontado por António Costa. Nesse sentido, defendeu uma mudança das regras “para ter um melhor critério de

sustentabilidade nas finanças públicas e favorecer políticas orçamentais anticíclicas”, adiantando que “é preciso valorizar o critério da dívida e adoptar políticas orçamentais que combatam a recessão e estimulem o crescimento e a convergência”. O líder da bancada parlamentar socialista considerou ainda como um dos objectivos centrais das propostas de reforma do Pacto “favorecer a qualidade da despesa pública para estimular o crescimento, a convergência e a coesão”.

É que, criticou, “o Pacto permite uma interpretação absurda, assente numa política de cortes cegos penalizadora do investimento, que no curto prazo tem um efeito recessivo e no longo prazo impede o fortalecimento do potencial económico, essencial à própria sustentabilidade das finanças públicas”.

J.C.C.B.

DEBATE MENSAL COM O PM

A RETOMA DO GOVERNO É A DA MEDIOCRIDADE

A economia portuguesa andou para trás dois anos em 2003 devido às políticas recessivas de um “Governo caranguejo”. Esta a denúncia lançada pelo secretário-geral do PS, no passado dia 27, na Assembleia da República, durante o debate mensal com o primeiro-ministro. Ferro Rodrigues criticou Durão Barroso por escolher como tema para o seu discurso “a retoma e a competitividade económica” e referiu a divergência de Portugal em relação à média da União Europeia para argumentar que a retoma conseguida pelo Governo “é a retoma da mediocridade”, considerando-a “muito pobre e muito insuficiente em relação ao que os portugueses merecem”.

“Fico espantado com a auto-satisfação com que nos vem falar da evolução das contas externas”, disse o líder socialista, considerando que a evolução das exportações “é consequência da recessão e da diminuição das exportações”. Lembrando o aumento do desemprego, Ferro explicitou que os portugueses querem e merecem “um regresso ao futuro”.

O deputado socialista João Cravinho la-



mentou as afirmações de Durão Barroso pedindo o aplauso da oposição pelo cumprimento do limite de 3 por cento para o défice orçamental, declarando que “desde o 25 de Abril não se ouvia um Governo acusar a oposição contra Portugal”.

Cravinho questionou ainda o primeiro-ministro sobre os índices de falta de confiança no Executivo e rejeitou a ideia de que o país está em retoma económica, afirmando que esta “sente-se, não se fala” e “quando se fala dela é porque se sabe que não existe”.

Já Elisa Ferreira confrontou Durão Barroso com o afastamento da média europeia,

afiançando que Portugal está a afastar-se desta desde 2002 e que “a divergência irá continuar por mais cinco anos, sem qualquer contrapartida positiva”.

Para a deputada, o défice de 2,8 por cento registado em 2003, anunciado há uma semana pelo chefe do Governo, “é fruto de habilidades orçamentais”, pelo que o défice real “é superior a 5 por cento”.

“O país entrou num círculo vicioso negativo, que é necessário contrariar”, alertou Elisa Ferreira, acrescentando que “Portugal terá de vencer este desafio numa altura em que se prepara o alargamento da União Europeia”.

REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO

PROPOSTA DECEPCIONANTE CONFIRMA OPÇÕES ERRADAS DO GOVERNO

Às “más soluções” impostas pelo Código do Trabalho vem agora juntar-se uma proposta de regulamentação “decepcionante”, que consagra “opções inadequadas e, nalguns pontos, piora o mal que já estava feito”, afirmou o deputado socialista Rui Cunha, na sua intervenção no debate da proposta do Governo para a regulamentação do Código Laboral.

Sublinhando que nenhuma regulamentação poderia transformar o Código Laboral “numa lei à altura dos desafios actuais”, Rui Cunha acrescentou que esta iniciativa “não cumpre sequer os mínimos que lhe eram exigíveis à luz dos critérios que os seus autores escolheram”.

Esta proposta, que foi aprovada na generalidade pela maioria de direita com os votos contra do PS e da restante oposição, deixa por resolver, segundo o deputado socialista, “parte dos problemas criados pelo próprio Código do Trabalho, de que derivam, para já, três problemas principais: a inadequação sistemática e a vastidão excessiva da legislação coexistem com lacunas regulamentares de indiscutível relevância”.

Salientando que na generalidade dos casos as soluções contidas na proposta que regulamenta o Código do Trabalho



não podem merecer o acordo do PS, Rui Cunha referiu que, num ou noutro aspecto, há pontos positivos, como a irrenunciabilidade do uso da licença por paternidade, a regulamentação da participação dos menores em espectáculos e outras actividades, a equiparação das consultas de preparação do parto às consultas pré-natais e, no domínio colectivo, a regulamentação da eleição dos representantes dos trabalhadores para segurança, a higiene e a saúde no trabalho

e a regulamentação das arbitragens. Mas o secretário nacional do PS frisou que, “infelizmente, trata-se de um de um pequeníssimo número de excepções”. É que, adiantou, na generalidade dos casos as soluções apresentadas vêm mais uma vez “penalizar os direitos dos trabalhadores”, pelo que merecem “a discordância frontal” dos socialistas.

Neste quadro, apontou como pontos negativos o alargamento do conceito de trabalho no domicílio, a substituição,

quanto aos trabalhadores-estudantes, da restrição do conceito de aproveitamento escolar, a total omissão da regulamentação da formação inicial não destinada a jovens, a diminuição dos créditos de horas dos representantes dos trabalhadores nas empresas de maior dimensão, a não aplicação a situações de trabalho independente da participação de menores em espectáculos ou outras actividades e a consagração de um regime de pluralidade de infracções contra-ordenacional pouco dissuasor e que não é proporcional ao número de trabalhadores afectados, entre outros (*ver quadro*).

Na sua intervenção, Rui Cunha anunciou que o PS não deixará de apresentar, na fase que se segue, propostas que possam contribuir para “diminuir os inconvenientes e a inadequação das soluções que o Código do Trabalho consagrou”, acrescentando: “Veremos se os deputados do PSD e do CDS-PP adoptam, como aconteceu com o Código do Trabalho, uma atitude de bloqueio dessas propostas independentemente de juízos quanto ao seu mérito ou se, desta vez, aceitam votar de acordo com o mérito que lhes assiste”.

J.C.C.B.

Pontos negativos da regulamentação

Na generalidade

- Sistemática inadequada. O caso mais flagrante é o da irrenunciabilidade da licença de paternidade, que deveria estar no Código do Trabalho e não na regulamentação.
- Vastidão da legislação. Aos 21 artigos da Lei 99/2003 e aos 689 artigos do Código do Trabalho somam-se, agora, os 480 artigos da proposta de lei que regulamenta o Código).
- Ausência de regulamentação para aspectos fundamentais, como formação profissional, contratos de adaptação dos serviços de prevenção das empresas e outros aspectos dos acordos de concertação.
- Múltiplos aspectos da regulamentação ficam dependentes de actos legislativos e administrativos ulteriores.
- Inexistência de prazos para os actos regulamentares e administrativos ulteriores.
- Desacordo unânime dos parceiros sociais quanto à proposta governamental.

Direito individual

- Alargamento do conceito de trabalho no domicílio a situações de prestação em estabelecimento do trabalhador.
- Possibilidade do beneficiário da actividade do trabalho no domicílio poder fazer visitas ao domicílio do trabalhador para controlo da actividade laboral.
- A regulamentação da igualdade e não discriminação não é aproveitada para a instituição de mecanismos de conciliação entre a vida familiar e profissional e para a partilha de responsabilidades entre ambos os pais.
- Não prevê uma norma, como actualmente acontece, relativa à indicição de discriminação.
- Não prevê qualquer norma quanto à orgânica, competências e funcionamento da CITE, ficando esta em situação de vazio legal.
- Estabelece o esforço físico e psíquico como um dos factores de caracterização do trabalho de valor igual.
- Na protecção do património genético, estabelece o dever do empregador organizar e manter um registo de dados sobre os trabalhadores, não limitando o acesso à informação médica.
- Não aproveita a regulamentação da maternidade e paternidade para instituir mecanismos de partilha entre ambos os pais trabalhadores.
- Estabelece que após o gozo de licença, dispensa, faltas ou regime de trabalho especial o trabalhador tem direito a retomar a actividade contratada, quando deve ter direito a retomar o seu posto de trabalho.
- A regulamentação da participação de menores em espectáculos ou outras

actividades não se aplica a situações de trabalho independente, muito comuns neste tipo de actividade, e determina que nos períodos de aulas obrigatórias, entre a prestação de trabalho e o início das aulas se institua apenas como obrigatório um intervalo de uma hora, o que é manifestamente insuficiente para garantir o repouso do menor.

- Elimina o dever do Governo promover o ensino pós-laboral para trabalhadores-estudantes, restringe o conceito de aproveitamento escolar para efeitos dos benefícios do estatuto de trabalhador-estudante, faz depender o gozo do período de 15 dias de férias da sua compatibilidade com o mapa de férias elaborado pelo empregador, passa apenas a reconhecer ao trabalhador-estudante o direito a uma época especial para provas e exames quando não exista época de recurso, os estabelecimentos de ensino com horário pós-laboral só ficam obrigados ao dever de promover provas e exames e de ter serviços mínimos de apoio naquele horário, na medida do possível.
- Estabelece um sistema de fiscalização das situações de doença em moldes muito burocráticos, sem estabelecer um verdadeiro dever da segurança social promover tal actividade.
- Estabelece um regime contra-ordenacional incompleto.
- Consagra um regime de pluralidade de infracções contra-ordenacional pouco dissuasor e que não é proporcional ao número de trabalhadores afectados.

Direito Colectivo

- Ausência de regulamentação da formação inicial não destinada a jovens.
- Inadequação da regulamentação sobre formação profissional contínua, quer do ponto de vista das garantias da qualidade da formação, quer do ponto de vista dos direitos de participação dos trabalhadores.
- Não regulamentação da totalidade dos pontos fundamentais do *Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação*, de Março de 2001.
- Insuficiência e inadequação da regulamentação sobre os serviços de prevenção das empresas.
- Condicionamento da possibilidade de delegação de competências das CT às SubCT.
- Restrições aos créditos de horas das CT.
- Restrições aos créditos de horas dos delegados sindicais em grandes empresas.
- Limitação do dever patronal de informação aos representantes dos trabalhadores.
- Criação de duplo estatuto para dirigentes sindicais com aplicação da suspensão de contrato de trabalho por actividade sindical a alguns deles.
- Regulamentação da arbitragem – quer da obrigatória, quer da de serviços mínimos – com pontos deficientes.

SEGURO CANDIDATO A LÍDER DA BANCADA DO PS



O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, apresentou António José Seguro como candidato da direcção do partido à liderança da bancada parlamentar, na reunião do Grupo do passado dia 4 de Março.

Na mesma reunião foi decidido que as eleições para a direcção da bancada terão lugar a 31 de Março.

“Foi apresentada a minha candidatura. Enche-me de orgulho e de satisfação merecer a confiança dos meus colegas deputados e poder servir o país”, afirmou António José Seguro, que, de acordo com vários deputados do PS, foi aplaudido e elogiado na reunião, bem como o actual presidente da bancada socialista, António Costa.

“António Costa mereceu uma justa avaliação por parte do grupo parlamentar”, considerou António José Seguro, acrescentando que ainda não pensou na equipa que irá compor a nova direcção da bancada. “Neste momento, a minha tarefa é falar com os deputados e saber o que é necessário manter e corrigir, para depois convidar as pessoas para a futura direcção”, disse o deputado do PS e ex-ministro.

O actual líder da bancada falou também depois aos jornalistas, salientando que, mesmo que não se candidatasse ao Parlamento Europeu, sempre defendeu que a presidência do grupo parlamentar do PS deveria mudar a meio desta legislatura para fazer face “ao novo ciclo político”.

O ex-ministro da Justiça disse ainda que exercerá as suas funções de deputado até à campanha eleitoral para as europeias e que tenciona manter-se na direcção do PS mesmo se for eleito eurodeputado.

“Enquanto o secretário-geral assim o entender, não vejo razão para que não permaneça na direcção”, afirmou António Costa, explicando que “não deve existir separação entre política nacional e europeia” e adiantando que, enquanto estiver na vida política, continuará activo na vida política nacional.

ROAD MAP PARA A VITÓRIA

É a primeira vez que Portugal vai a votos depois de dois anos de governo de uma coligação que prometeu tudo a todos, que prometeu um país a crescer acima da média europeia e que, dois anos volvidos, criou em Portugal, em grande parte fruto da sua falta de visão estratégica e da sua mediocridade, a maior crise económica e social de que há memória.

O PS começou bem a sua caminhada para obter um resultado vitorioso nas eleições europeias do próximo Junho. A 100 dias das eleições, o Partido Socialista já produziu, num clima de unidade e mobilização interna, um documento programático, uma lista altamente qualificada e a mensagem política que será o eixo da campanha eleitoral. Com esta combinação, o PS dá um claro sinal ao país de que sabe o que quer para estas eleições: ganhar. E ganhar as eleições por duas razões claras: o PS sabe a Europa que quer para os portugueses e sabe o Portugal que quer na Europa.

Em primeiro lugar, o PS sempre defendeu que a melhoria da qualidade de vida dos portugueses passa pela sua integração na Europa e por um aprofundamento do processo de integração europeia, em que as políticas de desenvolvimento dos direitos económicos, sociais e culturais, próprios do Estado social, e dos novos direitos pós-sociais, ligados ao ambiente, aos consumos, ao ordenamento, para referir alguns, têm que ter uma resposta europeia. Por isso, foi o PS que teve o papel decisivo em todos os momentos em que Portugal se aproximou da Europa, desde a adesão à CEE, até à entrada para o pelotão da frente dos países que aderiram ao Euro.

Em segundo lugar, esta é, sem dúvida, também uma oportunidade para os portugueses mostrarem um enorme cartão amarelo ao Governo e ajustarem contas com as promessas incumpridas. É a primeira vez que Portugal vai a votos depois de dois anos de governo de uma coligação que prometeu tudo a todos, que prometeu um país a crescer acima da média europeia e que, dois anos volvidos, criou em Portugal, em grande parte fruto da sua falta de visão estratégica e da sua mediocridade, a maior crise económica e social de que há memória.

É, além disso, uma excelente oportunidade para evidenciar aos portugueses que os seis anos de governação PS foram, no essencial, anos de avanço. Anos em que os portugueses passaram a viver melhor e sobretudo anos em que Portugal tinha um rumo, um trajecto de crescimento. Um trajecto que foi interrompido, mas que rapidamente deve ser retomado, com o PS, a bem dos portugueses. Neste contexto, Sousa Franco não podia ser melhor cabeça de lista, malgrado o que afirmam, reveladoramente, os comentadores políticos da direita e alguns adversários do PS.

Estamos, portanto, no bom caminho para ganhar as eleições. E um resultado vitorioso é, nem mais, nem menos, do que o PS ter mais um voto do que a coligação dos partidos da Direita. Será um resultado histórico, já que o PS sozinho nunca ganhou contra a AD, e será um resultado de uma enorme força mobilizadora para o novo ciclo eleitoral, porque deixará patente que o PS sozinho, com o seu projecto, as suas ideias, os seus quadros e os seus militantes, oferece aos portugueses mais confiança e um maior capital de esperança, do que os dois partidos do Governo juntos.

Ora, torna-se cada vez mais claro que a coligação de direita acha que vai perder as eleições. Tudo bem até aqui. Seria estranho que uma coligação, cuja candidatura às europeias se baseia na associação esquizofrénica de um partido com tradições europeístas, com um partido que, até há bem pouco tempo, desenvolveu o seu discurso em torno da demagogia populista de combate aos papões do federalismo europeu, pudesse almejar ganhar estas eleições. O que já não está bem, é que a estratégia de *damage control* passe pela desvalorização antecipada destas eleições e por um apelo velado à abstenção. Não deixa de ser uma irresponsabilidade estruturar um discurso eleitoral sobre um entusiasmo indistigado pela abstenção. Um partido democrático não deve nunca desejar e estimular a abstenção. Mas é também revelador que, sobretudo o PSD, em vez de se preocupar em valorizar umas eleições que versam sobre temas de importância estratégica para o futuro do país, se compraza em diminuir-las na sua relevância aos olhos dos portugueses. É esta estratégia de desvalorização e de fomento do abstencionismo que o PS, todo o PS, tem que combater com toda a tenacidade, com todo o entusiasmo, com toda a sua capacidade de mobilização.



MARK KIRKBY

O País relativo

DESPENALIZAÇÃO DA IVG

FERRO ACUSA DIREITA DE TERRORISMO CULTURAL

O secretário-geral do PS criticou o bloqueio sistemático da direita à discussão sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) em sede parlamentar. Ferro Rodrigues falava no encerramento da sessão comemorativa dos 20 anos de luta pela descriminalização do aborto, uma iniciativa promovida pelo Departamento das Mulheres Socialistas, que decorreu no passado dia 2.

"A direita tem conseguido, à custa de terrorismo cultural, fazer crer que se trata de fomentar o aborto quando, na realidade, trata-se de não penalizar as mulheres que decidem interromper a sua gravidez", disse, considerando "lamentável que Portugal, por força de uma coligação, perca mais uma oportunidade de fazer justiça".

Ferro Rodrigues garantiu ainda que o PS não tem hesitações nesta matéria e que por isso "se baterá pela despenalização da IVG".

Por sua vez, António Costa lamentou a contradição daqueles que "querem manter o crime na lei e regozijam-se por este não ser aplicado".

António Costa, também presente na sessão, recordou "o longo processo" decorrido desde a aprovação em 1984 do projecto socialista que admitiu pela primeira vez a realização legal da IVG e afirmou-se "surpreendido" por a discussão sobre a despenalização ainda se colocar e a legislação se manter a mesma, actualmente, "quando o problema continua".

O líder da bancada do PS citou dirigentes sociais-democratas que se afirmaram "incapazes de condenar qualquer mulher" ou invocaram "não ser donos da consciência das pessoas" para argumentar que "quem diz isto não pode defender que uma questão de consciência seja criminalizável" e deve promover a alteração da lei.

Uma problemática cada vez mais actual

Sónia Fertuzinhos, presidente do Departamento Nacional das Mulheres



Socialistas, lembrou o carácter "não vinculativo" do referendo de 1998 e advogou a necessidade de se dar outra oportunidade aos portugueses para manifestarem a sua opinião sobre este assunto.

Depois de um breve percurso pela cronologia da luta pela despenalização da IVG, a cargo de Maria Antónia Palla, uma das suas protagonistas, foi altura de se pronunciarem convidados que há muito vêm tratando esta problemática.

De seguida, Teresa Ambrósio recordou o argumentos empregues no Parlamento naquele despontar da década de 80 e afirmou que a luta pela despenalização do aborto "nunca foi acompanhada verdadeiramente pelos partidos políticos", tendo encontrado apoio nos jovens, "que na sua ingenuidade, acreditaram que era possível mudar". Num apelo para que não se deixe retirar esta matéria da agenda política nacional, o deputado José Magalhães referiu-se à "inquietante actualidade que têm as vozes que há 20 anos se levantaram em defesa desta mesma causa".

"O cenário actual não mudou o suficiente, mas tornou-se claro que no nosso quadro constitucional não há impedimento algum à mudança da lei",

declarou o deputado para quem "já nem as vedetas da direita dão a cara pela manutenção desta injustiça".

Já Helena Roseta, no seu conhecido estilo crítico, qualificou a ideia de referendar novamente o aborto como "um segundo disparate e uma irresponsabilidade", ressaltando porém que, caso este se realizasse, juntar-se-ia aos que lutaram em prol do direito inquestionável de decidir sobre o seu próprio corpo que deve assistir à mulher.

Por sua vez, o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto criticou a "sistemática instrumentalização da consciência para tudo" e considerou que se a situação financeira e económica do País é má, "vergonha maior é a nossa legislação sobre o aborto".

Para lembrar que "os direitos são para todos" interveio a secretária-geral da JS, Jamila Madeira, que se manifestou "triste por verificar que, 30 anos volvidos desde o 25 de Abril, os monstros e os diabinhos associados a este problema ainda não desapareceram", muito embora, contrapós, "os jovens socialistas tenham sido muito bem sucedidos na tarefa de passar a mensagem de que é urgente mudar".

MARY RODRIGUES

MAIORIA BLOQUEIA MUDANÇA ATÉ 2006

No dia seguinte e depois de mais de cinco horas de discussão na Assembleia da República, seguidas das votações dos oito projectos em discussão, apenas foi aprovado um diploma da maioria que recomenda ao Governo o "combate às causas que levam à prática do aborto", rementendo para 2006 a resolução deste problema.

O projecto de lei da PS que previa a despenalização da IVG foi chumbado com os votos contra das bancadas da direita, apesar do voto favorável da maioria dos deputados socialistas, grupo onde se verificaram as abstenções de Augusto Santos Silva e Guilherme d'Oliveira Martins, e os votos contra de António Braga e Ascenso Simões.

Por seu turno, o projecto de resolução que propunha um referendo ao referido diploma contou novamente com a oposição da maioria PSD/CDS, e com o voto contra de Ascenso Simões e os votos favoráveis dos restantes parlamentares.

Neste contexto, o GP/PS voltou a acusar o PSD de estar

"refém do CDS" em matéria de IVG.

Na sua intervenção, a deputada socialista Sónia Fertuzinhos sublinhou que a actual lei "não é eficaz e choca a sociedade", defendendo ainda que "o aborto é incompatível com não respostas e não pode ser moeda de troca de qualquer coligação".

"Esta lei serve apenas à coligação e àqueles que querem impor a sua conduta aos outros sabendo que não acabam com o aborto", considerou a parlamentar.

Já Jamila Madeira, na apresentação do projecto socialista que despenaliza o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, acusou a maioria de flagrante contradição ao dizer "sim" mas votar "não".

A jovem deputada recordou uma afirmação do primeiro-ministro, Durão Barroso, em que se declarava incapaz de condenar as mulheres que praticam o aborto e considerava o assunto "uma questão de consciência do foro íntimo de cada um".

Breves

FEDERAÇÕES

Sousa Franco, António Costa e Joaquim Raposo foram os oradores do debate "A Europa do Crescimento e do Emprego", uma iniciativa da **Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL)**, que teve lugar ontem, dia 9, no Hotel Altis.

Numa iniciativa conjunta das **federações de Santarém, Lisboa, Setúbal, Oeste e Leiria**, teve lugar no dia 6 de Março o I Encontro de Autarcas do PS da Área da Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo. Neste encontro realizado em Santarém, foram debatidos os seguintes temas: organização associativa dos autarcas socialistas, políticas governativas para as autarquias, os QCA e autárquicas 2005.

Uma delegação de deputados e dirigentes das **Federações de Aveiro, Viseu e Guarda** reuniu nos dias 1 de 2 de Março com diferentes entidades e instituições, com o objectivo de "continuar a organizar a resistência cívica à decisão do Governo de lançar um novo imposto sob a forma de portagem no IP5, futura A25".

Em comunicado, a **Federação de Santarém do PS** denunciou que "as intervenções de Pacheco Pereira e de Marcelo Rebelo de Sousa são, como é de temer, prenúncios da estratégia de campanha eleitoral para o PE do PSD", sendo, por isso, necessário, desde já, "alertar os portugueses para o novo surto demagógico que se avizinha e que visa desinteressá-los" do próximo acto eleitoral.

É que, refere a Federação, os dois comentadores tentam passar a ideia segundo a qual "o PS não terá diferenças assinaláveis relativamente ao PSD quanto à construção europeia", o que além de não ser verdade evitará a discussão de matérias de âmbito nacional na próxima campanha.

A **Federação de Coimbra do PS** acusou o presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa as Serra, do PSD, de ter gasto dinheiro público na divulgação de uma iniciativa partidária.

"É o total despudor de um presidente de Junta de Freguesia que com total sentido de impunidade gasta dinheiros públicos, confundindo o partido com os interesses dos cidadãos que o elegeram", referem ainda os socialistas de Coimbra.

CONCELHIAS

No passado dia 7 de Março, em Vila Nova de S. André, decorreu o **III Encontro de Autarcas Socialistas de Santiago do Cacém**, organizado pela Comissão Política Concelhia. O dirigente socialista Pedro Adão e Silva encerrou os trabalhos, que contaram também com a presença do deputado Alberto Antunes e da presidente da Federação Distrital de Setúbal, Maria Amélia Antunes.

Em debate, além dos problemas de cada uma das freguesias, esteve também a definição da estratégia para as próximas eleições autárquicas.



"É fatal o que o Governo faz para o território, desarrumando o que já existia e destruindo qualquer pensamento estratégico para a região Norte", afirmou Elisa Ferreira, na sua intervenção no debate "Rumos para a região no século XXI", promovido pela **Concelhia do PS de Matosinhos**.

O debate, que decorreu no auditório Infante D. Henrique, em Leça da Palmeira, Matosinhos, contou com a presença dos dirigentes socialistas Francisco Assis e Manuel Seabra e do ex-ministro da Economia Braga da Cruz, do presidente da Associação Comercial do Porto, Rui Moreira, e de Oliveira Marques, do Metro do Porto.

A **Comissão Política Concelhia do PS/Guarda** exigiu "a manutenção da maternidade no Hospital Sousa Martins, e a demissão imediata do actual conselho de administração e director clínico". Em comunicado, os socialistas da Guarda querem ainda "explicações do Governo sobre a situação que se vive naquele hospital" e sobre a política de saúde "que se pretende implementar relativamente ao fecho de várias maternidades na Região Centro do País, nomeadamente a da Guarda".

A **Concelhia de Lisboa do PS** lançou no dia 27 de Fevereiro um novo "outdoor" em 30 artérias da capital contra a política de Santana Lopes.

Na sequência dos primeiros cartazes que se centravam nos temas do trânsito e da segurança, o novo "outdoor" aponta um conjunto de promessas do autarca laranja que continuam por cumprir.

DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

Numa iniciativa do **Departamento Nacional de Mulheres Socialistas**, realizou-se no passado fim-de-semana um workshop sobre "Igualdade de Género".

Feminismos, Perspectiva Histórica dos

Movimentos de Mulheres em Portugal, a Legislação Portuguesa na Perspectiva do Género e a Igualdade de Género foram os temas em debate, que estiveram a cargo, respectivamente, de Ana Vicente, Maria Antónia Fiadeiro, Maria do Céu Cunha Rego e Lígia Amâncio.

O **Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Coimbra** solidarizou-se com dezenas de trabalhadoras do sector cerâmico que desde Janeiro perderam o emprego no distrito.

SECÇÕES

A **Secção da Vitória do PS**, no Porto, acusou o presidente da Câmara, Rui Rio, de abandonar por completo aquela freguesia do centro histórico da cidade.

O elevado número de habitações degradadas e o mau estado do jardim da Cordoaria são, para os socialistas da Vitória, exemplos do ostracismo a que a freguesia está votada, quer ao nível da limpeza urbana, quer ao nível do urbanismo.

CLUBES DE POLÍTICA

Porque pretendem que "do debate político resultem condições novas para as mudanças de fundo de que o País carece com urgência", um grupo de três militantes do PS, Ventura Leite, Arnaldo Frade e Luís Alexandre, apresentou publicamente um novo clube de política, **Mais PS Melhor Portugal**, que tem já uma página na Internet com o endereço: www.maispsmelhorportugal.com

AGENDA PS

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 13 – 15 horas – Ferro Rodrigues discursa na abertura dos trabalhos da Convenção Concelhia "Évora, o Distrito, a Europa e o Futuro", uma iniciativa do PS local. Antes, Ferro Rodrigues visita o centro histórico da cidade de Évora e participa num almoço com militantes e simpatizantes no Jardim do Paço.

FEDERAÇÕES

GUARDA

Dia 26 de Março - 21h00 – A Federação Distrital do PS realiza um Fórum sobre "Agricultura e o Desenvolvimento Regional", com a participação de Capoulas Santos, que terá lugar no auditório da Câmara Municipal de Trancoso.

BAIXO ALENTEJO

Dia 25 de Março – 17 horas – A Federação do Baixo Alentejo promove uma mesa-redonda sobre agricultura biológica, que terá lugar no salão da Cooperativa de Habitação "Lar para Todos", em Beja.

CONCELHIAS

CALDAS DA RAINHA

Dia 10 de Março – 21h30 – A Concelhia das Caldas da Rainha organiza um debate sobre Educação, no auditório do GAT, que contará com a presença de Augusto Santos Silva.

GRUPO PARLAMENTAR DO PS

Dia 17 de Março – O PS quer confrontar o Governo com as promessas feitas e não cumpridas ao longo de dois anos. Por isso, a bancada socialista agendou um debate no Parlamento para o "balanço da execução dos compromissos programáticos assumidos pelo primeiro-ministro".

GABINETE DE ESTUDOS

Dia 13 de Março – Fóruns temáticos sobre Ambiente e Desenvolvimento, Saúde e Justiça.

Dia 20 de Março – Fóruns temáticos sobre Estado Amigo dos Cidadãos e Segurança dos Cidadãos.

SECÇÕES

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Dia 12 de Março – 21h30 – A Secção de Santa Marta de Penaguião, em conjunto com o Grupo Parlamentar, Gabinete de Estudos e Federação de Vila Real, promove uma conferência subordinada ao tema "União Europeia – cidadãos e territórios", no auditório municipal de Santa Marta de Penaguião, que terá como orador Fernando Gomes.

PORTIMÃO

Dia 17 de Março – 21h30 – A Secção de Portimão organiza um debate sobre educação nas suas instalações, que contará com a presença do deputado Augusto Santos Silva.

DEPARTAMENTO DAS MULHERES SOCIALISTAS

Dia 13 de Março – O Departamento das Mulheres Socialistas de Coimbra vai organizar um colóquio subordinado ao tema "O desemprego feminino no distrito de Coimbra", no âmbito do Dia Internacional da Mulher, comemorado a 8 de Março.

VEREADORES SOCIALISTAS

Dia 24 de Março – 15 horas – Numa iniciativa dos vereadores do PS da Câmara de Sintra, foi aprovada por unanimidade uma moção que decidiu atribuir o nome de Acácio Barreiros a uma das salas do Centro Cultural Olga Cadaval. A cerimónia terá lugar neste Centro no próximo dia 24 de Março, às 15 horas.

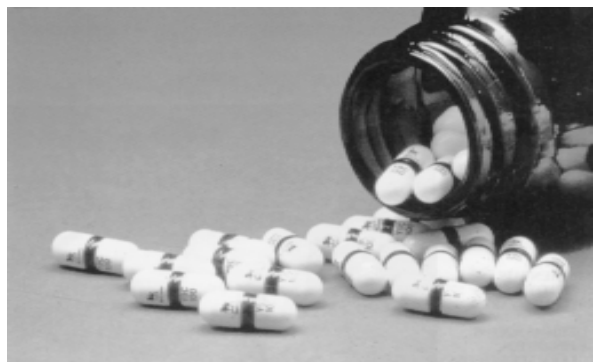
GRANDES MALES POUCOS REMÉDIOS

A política do actual Governo parece resumir-se a uma má adaptação do ditado: "Para grandes males, grandes remédios". De facto, face à situação actual da política do medicamento, o Governo PSD-PP propõe poucos remédios para os grandes males existentes. Como se sabe, em Portugal, os gastos do Estado com medicamentos correspondem a uma percentagem bastante significativa das despesas totais em saúde, especialmente quando comparadas com os restantes países da UE.

Esta preocupação levou a que o Governo do PS, em 1998, introduzisse os chamados medicamentos genéricos no nosso país. Entre 1998 e 2002, o PS produziu vários documentos legislativos para regular o mercado do medicamento: autorizando as cópias, dando um incentivo de 10 por cento aos medicamentos genéricos, consagrando a prescrição por denominação comum internacional (DCI), concedendo a possibilidade de substituição por farmacêutico, no caso de existir medicamento mais barato, entre outros.

Em 2000, o Governo do PS decidiu que, a partir de 2004, passaria a ser obrigatória a prescrição por DCI - deixando de se prescrever por marca e passando a prescrever-se por princípio activo, o doente passaria a ter participação máxima em todas as situações. Um ganho evidente para as famílias.

Em 2001, introduzimos uma norma cujo efeito prático foi tornar o preço dos novos genéricos 35 por cento inferior ao preço do medicamento de referência. Nesse mesmo ano, tendo em vista a contenção de custos, foi assinado um



protocolo com a indústria farmacêutica (APIFARMA), que definia um tecto máximo para o crescimento da despesa com medicamentos no ambulatório, com a obrigatoriedade do retorno dos excedentes pela indústria farmacêutica, caso fosse ultrapassado esse tecto.

Em Março de 2003, o Governo do PSD-PP introduz o sistema de preços de referência (SPR) nas participações do Estado nos medicamentos, agora em vigor.

O SPR apenas funciona em relação a alguns grupos de medicamentos, que se encontram em grupos homogêneos. O preço de referência de cada grupo homogêneo (conjunto de medicamentos semelhantes, com o mesmo princípio activo, dosagem e forma farmacêutica e no qual se inclui, pelo menos, um medicamento genérico e vários medicamentos de marca), sobre o qual o Estado participa e se calcula o encargo para o doente, corresponde ao preço do medicamento genérico desse grupo que tenha o preço mais elevado.

O PS tem tecido fortes críticas à introdução dos preços de referência, por não atender em simultâneo à necessidade de prescrição obrigatória por DCI (princípio activo). Os riscos são óbvios:

- a possibilidade de não autorização pelos médicos da substituição do medicamento de marca (embora relativamente inócua para o Estado) acarreta para as famílias um aumento substancial dos custos e sobrecarrega o orçamento familiar;
- a actual política do medicamento, ao centrar-se excessivamente nos genéricos, esquece uma abordagem mais abrangente nesta matéria. Apesar de levar a uma diminuição imediata dos preços no primeiro ano, conduz a médio prazo a um aumento excessivamente elevado da despesa pública com medicamentos, já que os laboratórios da indústria farmacêutica tenderão a introduzir cada vez mais medicamentos inovadores (novas moléculas) que não irão estar sujeitos aos ditos preços de referência.

O resultado da política do Governo PSD-PP e da forma como tem sido executada, teve e terá consequências muito negativas para os doentes e para o SNS.

Com esta política do medicamento, o Governo aumentou os gastos das famílias em 2003. E ainda por cima não diminuiu a despesa do Estado com os medicamentos, prevendo-se que os custos continuarão a subir.

O Governo apregoa uma coisa e faz outra. Ao discurso da contenção dos custos e da boa gestão, contrapõe uma prática com medidas que as contrariam como, por exemplo, a quebra do protocolo entre o Estado e a indústria farmacêutica. Este protocolo previa um tecto para o crescimento da despesa pública com medicamentos em ambulatório de 2,5 por cento em 2003; mas no ano passado o valor fixou-se nos 3,4 por cento!

O PS está profundamente preocupado com a evolução da situação.

A dívida à APIFARMA não pára de crescer. Que custos terá para o sistema de saúde a venda de créditos a bancos e a pouca maleabilidade negocial, devido ao facto de o Estado ser mau pagador?

Que dizer da declaração de intenções do Governo de tornar a indústria farmacêutica nacional num sector estratégico da economia, quando o que se verifica é a sua asfixia e o risco iminente de falência?

E o que dizer da actual política de genéricos que favorece excessivamente a concentração industrial nessa área, sem qualquer reforço ou atenção à componente nacional da indústria farmacêutica, favorecendo antes as empresas multinacionais (alemãs e espanholas) que já ocupam as primeiras posições no mercado nacional de genéricos?

O Governo do PSD-PP tem de corrigir a sua política do medicamento, para evitar situações mais gravosas no futuro.

O sistema de preços de referência exige que se tomem medidas imediatas, tornando-o mais abrangente e recorrendo a revisões periódicas de preços para evitar que os custos disparem, a médio prazo.

O PS sempre o disse: uma política do medicamento não se esgota na introdução de preços de referência. Uma eficaz informação aos profissionais de saúde é fundamental. E a introdução de medidas que regulem a qualidade e o rigor da prescrição, nomeadamente nos antibióticos (Portugal é o país da UE onde se utilizam mais os novos antibióticos, como as quinolonas, quase o dobro do 2º maior utilizador destes fármacos - a Espanha). Este tipo de atitude tem claras implicações na perda de eficácia destes medicamentos e no aumento das resistências bacterianas, constituindo um claro problema de saúde pública.

Assim o Governo nos escute.



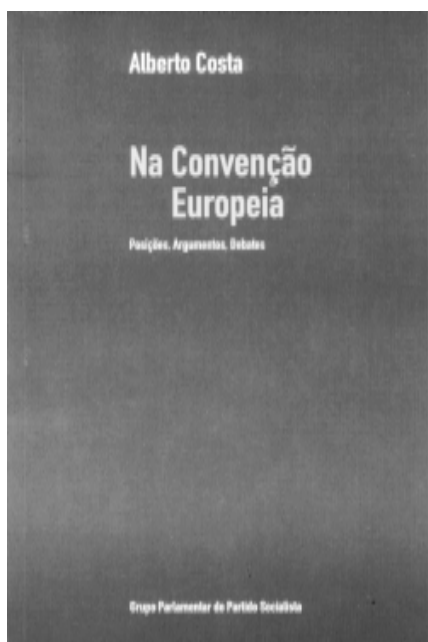
LUÍS CARITO
COORDENADOR PARLAMENTAR
PARA A ÁREA DA SAÚDE

PORTUGAL SOCIALISTA

INFORMAR PARTIDARIAMENTE

LIVROS DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.



O LIVRO

*Na Convenção Europeia.
Posições, Argumentos, Debates*

Alberto Costa
Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Lisboa 2004

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Há tarefas que se aceitam por obrigação e tarefas que se aceitam por gosto. Esta tarefa, a de apresentar o último livro de Alberto Costa intitulado "Na Convenção Europeia. Posições. Argumentos. Debates", é executada com gosto. Com um duplo gosto.

Desde logo, pelo seu autor. O Alberto Costa constitui uma das minhas referências da família socialista. Concorrem para ela, entre outras, a profundidade das suas reflexões intelectuais e o rigor que coloca nas suas ideias. Refractário à banalidade da política medíocre, o Alberto Costa é um político exigente consigo e com os outros e muito atento ao que o rodeia. Dotado de uma invulgar sensibilidade humana, o Alberto incomoda-se e empresta à política o que de mais nobre existe nela: *servir lutando por causas*.

Foi em nome de causas que ele representou (de Fevereiro de 2002 a Julho de 2003) a Assembleia da República nos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa. Fez o exercício do possível procurando corresponder a um caminho de rigor, coerência e realismo. Se o resultado da Convenção dependesse dele, o Projecto de Tratado Constitucional teria sido outro. Disso não temos dúvidas.

A opção pelo parlamentarismo e pelo reforço do método comunitário. A defesa do princípio da igualdade dos Estados e dos direitos dos cidadãos. A luta pela incorporação dos

objectivos do pleno emprego, da garantia do acesso a serviços de interesse geral, da erradicação da pobreza, de uma nova responsabilidade no domínio da saúde pública, a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, foram algumas das suas lutas que traduzem a afirmação de ideais.

O livro é dotado de uma estrutura simples de compreender. Fácil de consultar. Conta-nos uma história, a sua história da Convenção, simultaneamente densa e rica de conceitos. A sua arrumação é inteligível e foge à tradicional aridez dos textos sobre as constituições. O livro fornece informação detalhada e enquadramento conceptual e ideológico.

Este livro tem uma marca. A resultante de uma reflexão profunda, séria e longa sobre a União Europeia. Podemos não concordar com tudo o que está escrito, mas até esse facto constitui uma riqueza.

Este livro é como ter uma conversa com o Alberto Costa. Ficamos mais enriquecidos intelectualmente e mais próximos da causa europeia.

Termino citando Alberto Costa na sua última intervenção na Convenção: "*Para muitos de nós, porventura para todos, o trabalho não termina amanhã, nem poderá afrouxar, até ao momento decisivo em que o nosso contributo será finalmente julgado*".

Ler o seu livro é a minha sugestão para o retomar desse trabalho, com convicções.

Opinião

CARTA DE UM TRANSCAUCASIANO A UM CONTERRÂNEO



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Caro Hadzuk:

Espero que a construção da nossa Federação da Transcaucásia se encontre no bom caminho. Quanto a mim, continuo a observar a democracia e os partidos políticos portugueses, esperando retornar ao nosso país com conhecimentos mais actualizados. Penso que a minha experiência portuguesa ser-me-á muito útil no futuro. Estou certo que não cometerei os mesmos erros que vejo serem cometidos aqui. A nossa jovem democracia será,

decerto, a principal beneficiária da minha prudência política que tanto me tem custado a adquirir.

Deves estar perplexo com esta introdução aparentemente extemporânea. Desengana-te: depressa perceberás que é plenamente justificada. Já estive noutros países nesta minha *tournee* de aprendizagem política pela Europa. Já estudei também muitos partidos europeus. Apesar de tudo, a minha curiosidade insatisfeita obriga-me a retornar ao ponto de partida, como se as experiências anteriores não deixassem rasto perante uma nova que se inicia. Foi esta a inédita sensação que experimentei ao visitar o PS, Partido Socialista português.

Tal como eu, caro Hadzuk, és apenas um aprendiz da democracia. Ao observar o PS, chego a invejar a tua falta de experiência. Todas as noções políticas que julgava sólidas, e que resultaram da paciente observação de outros partidos congéneres, se dissolveram no ar. Na Europa as sondagens são um indicador da progressão ou regressão dos partidos políticos com ambições de poder. Portugal não foge à regra. O mesmo não acontece com o PS onde os resultados das sondagens despertam comportamentos estranhíssimos. Após um período difícil, o PS ultrapassa, finalmente, o maior partido do Governo, o PSD, Partido Social-Democrata, nas preferências eleitorais dos cidadãos portugueses, começando a constituir-se como alternativa política à governação de direita. Noutras paragens, a hora seria de cerrar fileiras e iniciar a construção de uma estratégia articulada de combate à governação de direita. Qual não é o meu espanto quando, em vez disso, se constitui uma *passerelle* de candidatos a secretário-geral. Há candidatos para todos os gostos: desde os que prometem *sê-lo* sempre que o partido estiver em dificuldades, até aos que o eram desde a primeira hora e não se cansam de lembrar que continuam a *sê-lo*, para não falar dos que não o eram ainda mas passam a *sê-lo* a partir de agora. E que dizer daquele candidato à Câmara de Lisboa que decidiu apresentar-se a concurso sem consultar ninguém?

Estranhas práticas políticas que confirmam no meu espírito a sapiente máxima socrática de que "Nada sei". Posturas recentes contribuem para me surpreender ainda mais. Prepara-se em Portugal a pré-campanha para as eleições europeias de Junho, em que a taxa de abstenção é geralmente muito elevada. Qual não é o meu espanto quando a direcção política do PS fez destas eleições a batalha da sua vida. Sendo assim, apenas lhe restava uma alternativa: escolher um cabeça-de-lista que conseguisse mobilizar os eleitores e que fosse capaz de atrair às urnas os tradicionais abstencionistas das praias de Verão ou os amantes do futebol. Apesar dos inegáveis méritos do candidato, verifico que a capacidade de mobilização não constitui seguramente o seu ponto forte. Mas como é possível que só eu, caro Hadzuk, com toda a minha limitada experiência, estranho em terra estranha, tenha chegado a esta conclusão?

Tenho que dar-te uma má notícia: vou ser obrigado a adiar a minha partida desta terra portuguesa. Sinto-me desgostoso por não te poder encontrar no final deste ano. Não fiques triste, pois apenas tenho em vista o supremo bem da nossa Federação. Por isso, decidi candidatar-me a secretário-geral do Partido Socialista. Descansa, não te alarmes: já estou por dentro dos rituais político-partidários, apesar da minha relativa inexperiência. A minha curiosidade, desejo de aprender e perseverança farão o resto. Se a minha candidatura for vencedora, é provável que este país seja poupado a mais quatro anos de governação de direita. Quando regressar à nossa querida pátria poderei então legar-lhe a minha atribulada, mas útil, experiência política. Recebe de mim um grande abraço.

Teu
Mamuk

Gabinete de
Estudos 

www.ge.ps.pt

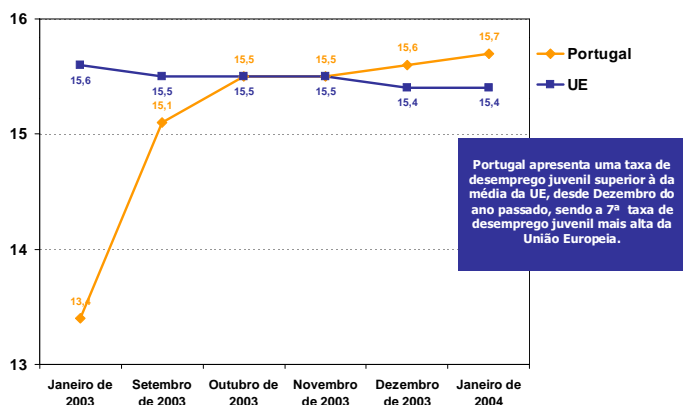
OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

Em apenas um ano, entre Janeiro de 2003 e Janeiro de 2004, o desemprego juvenil teve um crescimento de 2,3 por cento, o mais elevado da União Europeia, que registou um retrocesso de 0,2 por cento. Portugal tem agora um desemprego juvenil de

15,7 por cento do total nacional. É uma mensagem dramática para os nossos jovens e um inaceitável desaproveitamento das suas capacidades e qualificações, além desta situação ser um factor de desalento para quem está em início de vida.

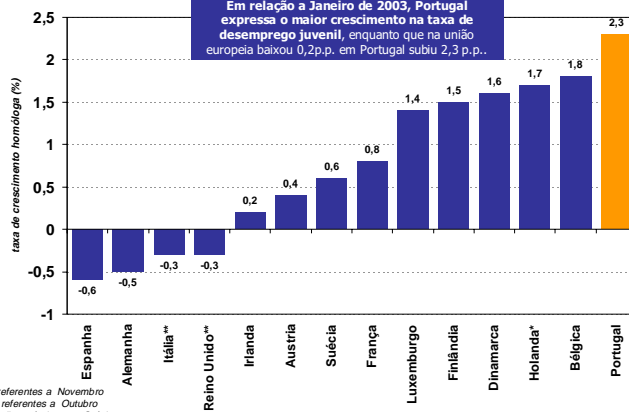
Taxa de Desemprego Juvenil –UE

Evolução



Crescimento de Desemprego Juvenil –UE

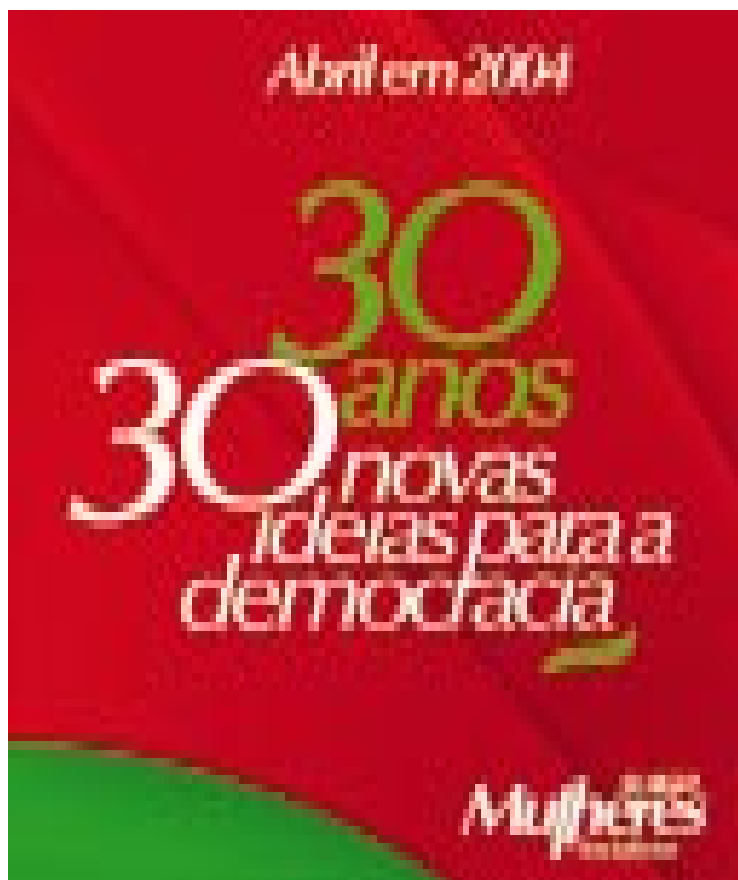
Janeiro de 2004



GRANDE ENCONTRO DE MILITANTES E DIRIGENTES SOCIALISTAS

LISBOA, 21 DE MARÇO, 16.00H
CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA
(ANTIGA FIL)

NÃO FALTE!



Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRONICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o